



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Administração e Finanças

Bruno D' Assis Rocha

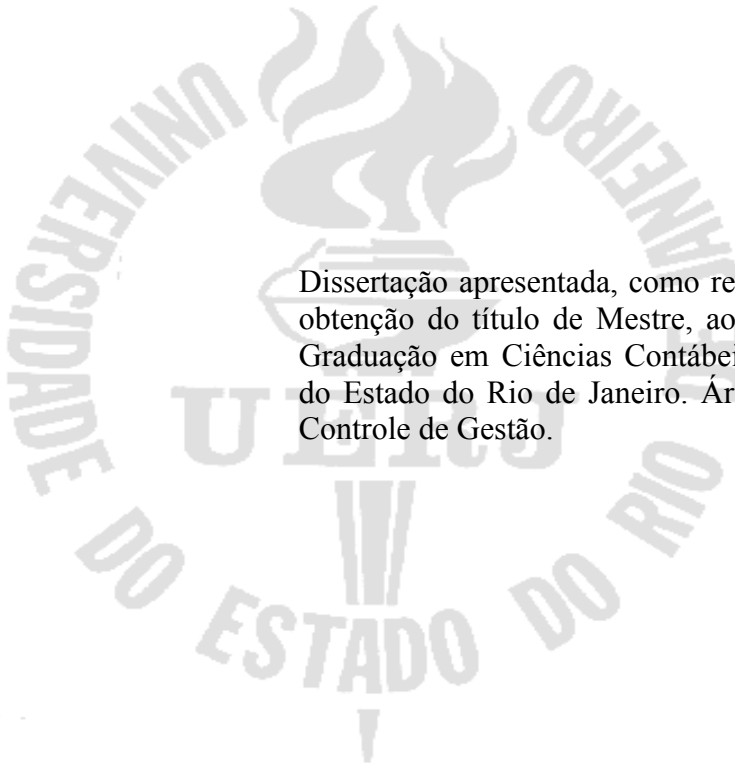
**Um estudo empírico sobre o Conservadorismo Contábil no período 1995 /
2010**

Rio de Janeiro

2012

Bruno D' Assis Rocha

Um estudo empírico sobre o Conservadorismo Contábil no período 1995 / 2010



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração Controle de Gestão.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Vieira Lima

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/B

R672 Rocha, Bruno D' Assis.
Um estudo empírico sobre o Conservadorismo Contábil no período
1995/2010 / Bruno D' Assis Rocha. – 2012.
63f.

Orientador: Álvaro Vieira Lima.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade Administração e Finanças,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Bibliografia: f.58-63.

1. Conservantismo – Brasil – Teses. 2. Bolsa de Mercadorias &
Futuros (Brasil). 3. Contabilidade – 1995-2010 – Teses. I. Lima, Álvaro
Vieira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade
Administração e Finanças. III. Título.

CDU 381.11(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Bruno D' Assis Rocha

Um estudo empírico sobre o Conservadorismo Contábil no período 1995 / 2010

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Controle de Gestão.

Aprovado em: 02 de fevereiro de 2012

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Vieira Lima (orientador)
Faculdade de Administração e Finanças da UERJ

Prof. Dr. Manoel Marcondes Machado Neto
Faculdade de Administração e Finanças da UERJ

Prof. Dr. Frederico Antônio Azevedo de Carvalho
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmãos, pelo exemplo de vida, incentivo e apoio, ofereço esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por tudo.

À minha família que sempre esteve ao meu lado e aturou meu mau humor, principalmente durante o cansativo período de elaboração dessa dissertação, que parecia não ter fim. À minha mãe, em especial, pelo seu amor incondicional e o grande incentivo aos estudos que foram de fundamental importância para que eu chegasse até aqui, dentre tantas outras conquistas que devo a ela.

Ao meu orientador e professor Dr. Álvaro Lima, por toda sua colaboração na confecção desse trabalho. Sempre extremamente calmo, me deu grande apoio com suas idéias brilhantes e foi quem assinou minha carta de recomendação para o processo seletivo do mestrado, acreditando desde o início no meu potencial. Mais que um orientador o professor Álvaro foi um amigo com quem pude contar nesse difícil desafio da minha vida.

Aos professores Dr. Frederico Carvalho e Dr. Marcondes Neto que participaram da banca de defesa com valiosas contribuições.

À minha gerente do período em que trabalhei na Petrobras, Cássia Vieira, que quando iniciei o mestrado deu total apoio, me liberando para que eu conseguisse cursar as muitas disciplinas do primeiro semestre. Agradeço, igualmente, aos meus amigos petroleiros Leandro Mariano e Cristina Spada pela paciência em aturar os meus muitos pedidos de livros e liberação para entrar na Petrobras.

Outra petroleira a qual devo um super agradecimento pela grande contribuição nessa pesquisa é a Joyce Rocha, além de aturar pacientemente todos os meus questionamentos relacionados à regressão, fez com a maior boa vontade do mundo o teste de White para mim, comovendo meia Petrobras para tal.

Meu especial agradecimento ao meu atual gerente, Felipe Guth, que mesmo eu sendo um funcionário novo no BNDES, nunca se importou com as minhas freqüentes ausências por causa do mestrado ou nas muitas vezes em que olhava o meu computador e via essa pesquisa na tela, pelo contrário, sempre deu apoio e entendeu a importância do conhecimento agregado por tal estudo.

Aos meus amigos Ricardo Brandão e Leonardo Turano, os quais eu muito perturbei com as difíceis fórmulas do Excel para o tratamento dos dados ou então com a tradução de alguma palavra intraduzível em inglês.

À mestranda Marcella Rodrigues pela revisão do português e por mil outros favores, acho que foi a pessoa que mais me atrapalhou a escrever esse trabalho, mas jamais poderia deixar de agradecê-la por ser tão especial.

Aos companheiros desta trajetória, um abraço especial ao Helmut com quem elaborei quase todos os artigos e trabalhos do mestrado, sempre conhecedor dos atalhos fazia com que tarefas árduas se tornassem simples. Ao Farid, amigo de graduação, cursinho preparatório e mestrado, sempre disposto a ajudar quando necessário. Ao André, com suas histórias de vida mirabolantes e à Pesquisadora, que com seu incrível senso de humor sempre alegrou as aulas. Muito obrigado a todos pelos momentos inesquecíveis de alegria, saídas pela Lapa, chopinhos no Loreninha e churrascos cheios de histórias para contar.

E por último, mas não menos importante, muito pelo contrário, um agradecimento super especial a Msc. Bruna Arantes, pessoa que me ajudou demais ao longo do mestrado, e que com certeza tornou esse caminho bem mais fácil. Bruna, muito obrigado por tudo, não há palavras que demonstrem tamanha gratidão!

O tempo não para. Não para, não, não para.

(Cazuza)

RESUMO

Rocha, Bruno D' Assis. *Um estudo empírico sobre o Conservadorismo Contábil no período 1995/2010*. 2012. 62 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O aumento da complexidade das operações, assim como do tamanho das organizações, face ao fortalecimento da economia e do mercado acionário, tem motivado uma considerável expansão na importância das informações geradas pela Contabilidade. Porém, muito se discute sobre o verdadeiro valor da informação contábil para seus diversos usuários. Essa discussão, em muitos casos, está baseada na fidedignidade das demonstrações financeiras em relação à realidade econômica das empresas. Uma das grandes críticas feitas a Contabilidade é a de ser conservadora em relação aos critérios utilizados na apuração do resultado econômico. Como consequência, suas informações não refletiriam a realidade econômica das empresas. Some-se a isso o fato de que, ao longo dos anos, a Contabilidade vem incorporando novos critérios que a estariam tornando ainda mais conservadora. Este problema é de suma importância, pois levanta a questão da comparabilidade das demonstrações contábeis ao longo dos anos. Este trabalho, usando uma amostra de 106 empresas de capital aberto negociadas na BM&FBOVESPA, a partir da utilização dos modelos de Acumulação de *Accruals*, proposto por Givoly e Hayn (2000), e de Oportunidade Assimétrica nos Lucros, proposto por Basu (1997), para mensuração do conservadorismo, conclui pela aceitação da hipótese de que há um aumento do Conservadorismo reportado nas demonstrações financeiras ao longo do período analisado, compreendido entre 1995 e 2010.

Palavras-chave: Conservadorismo. Informação contábil. Provisões.

ABSTRACT

The increasing complexity of operations and the size of organizations, observing the economy and the stock market's strengthening, have motivated a considerable expansion of the relevance of information generated by Accounting. However, lots have been discussed about the true value of accounting information to its various stakeholders. This discussion, often based on the reliability of financial statements related to the real economic scenario of the companies. One of the major criticisms on Accounting is to be conservative in relation to standards used to determining the economic outcome. Consequently their information does not reflect the economic reality of business. Add to this the fact that Accounting has been incorporating new standards that would make it even more conservative over the years. This issue has extreme relevance as it brings up the question of comparability of financial statements over the years. This research used a sample of 106 publicly traded companies at BM&FBOVESPA to measure the conservatism, based on Accumulation Accruals models proposed by Givoly and Hayn (2000), and Opportunity Asymmetric Profit models proposed by Basu (1997), concluding by the acceptance of the hypothesis that there is an increased conservatism reported in financial statements over the analyzed period between 1995 and 2010.

Key Words: Conservatism. Accounting information. Provisions.

LISTA DE SIGLAS

BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
US GAAP	Generalized Acceptable Accounting Principles of United States
IFRS	Internacional Financial Reporting Standards
BR GAAP	Princípios Contábeis Aceitos de Forma Generalizada no Brasil
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ADR	American Depository Receipt
FASB	Financial Accounting Standards Board
IASB	International Accounting Standards Board

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Hierarquia dos Princípios Contábeis nos Estados Unidos.....	21
Figura 2	Estrutura dos Princípios Contábeis no Pronunciamento Conceitual Básico..	22
Figura 3	Constituição da amostra	42
Gráfico 1	Análise <i>cross-sectional</i> dos lucros e fluxos de caixa operacional das empresas da amostra.....	51
Gráfico 2	Acumulação de <i>Accruals</i>	51
Quadro 1	Estudos sobre Conservadorismo realizados no Brasil.....	36
Tabela 1	Nomenclatura dos Princípios.....	19
Tabela 2	Resultado da Regressão $EPS_{it}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} * DR_{it} + e_{it}$.	48
Tabela 3	Teste de White para a Heteroscedasticidade.....	49
Tabela 4	Resultado da Regressão $EPS_{it}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} * DR_{it} + e_{it}$ para o 1º subperíodo.....	50
Tabela 5	Resultado da Regressão $EPS_{it}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} * DR_{it} + e_{it}$ para o 2º subperíodo.....	50
Tabela 6	Resultado da Regressão $EPS_{it}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} * DR_{it} + e_{it}$ para o 3º subperíodo.....	51

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
1.1	Princípios da Contabilidade	18
1.2	Princípios da Contabilidade no IFRS x USGAAP x CPC	20
1.3	Conservadorismo	23
1.4	Mensuração do Conservadorismo	26
2	ESTUDOS ANTERIORES	30
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	39
3.1	Hipóteses da Pesquisa	39
3.2	Universo e Amostra	39
3.3	Coleta dos Dados	41
3.4	Modelos de Mensuração do Conservadorismo Utilizados	42
3.4.1	<u>Modelo de Oportunidade Assimétrica nos Lucros - Basu (1997)</u>	42
3.4.2	<u>Modelo de Acumulação de <i>Accruals</i> não operacionais - Givoly e Hayn (2000)</u>	43
3.5	Limitação da Pesquisa	45
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
4.1	Reconhecimento Assimétrico das Boas e Más Notícias	46
4.2	Resultado da Acumulação de <i>Accruals</i>	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53

INTRODUÇÃO

O aumento, tanto da complexidade das operações como do tamanho das organizações, devido ao fortalecimento da economia e do mercado acionário, tem motivado a uma considerável expansão na importância das informações geradas pela Contabilidade. O mercado cada vez mais globalizado, os constantes avanços tecnológicos, o aumento da concorrência e diversos outros fatores têm despertado nas empresas novas filosofias de gestão empresarial, onde as informações financeiras provenientes da Contabilidade são cada vez mais importantes. Os usuários dessas informações que antes se limitavam aos donos das empresas, atualmente estão em maior número, estendendo-se não só aos controladores, mas também aos demais investidores (minoritários), aos credores, aos funcionários e ao governo.

Muito se discute sobre o verdadeiro valor da informação contábil para esses *stakeholders*. Essa discussão, normalmente, está baseada na fidedignidade das Demonstrações Financeiras sobre a realidade econômica na qual a empresa está inserida, ou seja, o quanto da realidade econômica é refletida na Contabilidade.

Sabe-se que, em todo o Mundo, a Contabilidade possui como base uma série de princípios, que são seus pilares básicos. Por mais que possuam pequenas diferenças de país para país, de maneira geral esses princípios revelam a mesma essência. No Brasil, os princípios Contábeis estão ratificados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela literatura contábil.

Um dos Princípios de Contabilidade, que aparece tanto nas normas brasileiras como nas norte americanas ou nas normas internacionais de contabilidade, é o do Conservadorismo, por vezes denominado de Prudência dependendo do país ou mesmo da literatura adotada.

Uma das grandes críticas feitas à Contabilidade é a de ser extremamente conservadora, fazendo com que suas informações não reflitam a realidade econômica das empresas. Um exemplo utilizado para ilustrar essa crítica é a grande diferença que há entre o valor de mercado das empresas e o seu valor contábil (valor do Patrimônio Líquido). Outra crítica comum é a da contabilização na maioria dos casos ser feita pelo valor de aquisição ao invés do valor atual de mercado (Registro pelo Valor Original – que também é um dos princípios Contábeis).

Portanto, o Conservadorismo acaba sendo responsabilizado, pelos seus críticos, por diminuir a qualidade da informação contábil, pois a sua excessiva utilização afasta cada vez mais os números contábeis da realidade econômica da empresa. Por outro lado, seus

defensores, como Watts (2003) e Lopes (2001), defendem a sua utilização tendo em vista a confiabilidade que a informação contábil deve ter, permitindo que sua adoção iniba possíveis comportamentos oportunistas dos gestores.

O problema maior é que alguns estudos apontam uma elevação do nível do Conservadorismo ao longo dos últimos anos, aumentando ainda mais a diferença entre a realidade econômica das companhias e os números contábeis reportados.

A definição do conceito do Conservadorismo é muito vaga e diversificada e dependendo da fonte, pode-se obter diferentes interpretações. É possível que o problema não esteja no princípio em si, mas na sua aplicação.

Diversas evidências sugerem que as Demonstrações Contábeis no Brasil se tornaram mais conservadoras ao longo dos últimos anos. Vários pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) têm resultado num reconhecimento precoce das despesas e no adiamento do reconhecimento das receitas. O aumento da responsabilidade legal dos auditores, após os escândalos ocorridos no caso de superfaturamento da Enron que teve como uma de suas conseqüências o fechamento de uma das grandes empresas de auditoria da época, a Arthur Andersen. Há ainda o problema da Contabilidade no Brasil ser regulada por diversos órgãos governamentais, e ser utilizada como base para que esses órgãos cobrem tributos, tarifas, multas ou qualquer outra maneira de dispêndio baseada no valor contábil da empresa.

Por ser de característica fundamentalmente subjetiva e pela diversidade conceitual, torna-se muito difícil quantificar o nível de Conservadorismo das Demonstrações Financeiras. Surgiram, assim, diversas medidas de mensuração do Conservadorismo, porém não existe uma medida universal que possa ser considerada a mais completa ou mais correta.

Objetivos

Dentro do contexto apresentado, o objetivo do presente trabalho está orientado no sentido de verificar se, ao longo dos dezesseis anos considerados, as demonstrações financeiras das empresas brasileiras tornaram-se ou não mais conservadoras. Dentro desse objetivo, o trabalho pretende responder ao seguinte questionamento: As demonstrações financeiras tornaram-se mais conservadoras ao longo do período entre 1995 e 2010?

Para tanto, utilizou-se como base o estudo de Givoly e Hayn (2000), ou seja, buscou-se verificar se os resultados aqui no Brasil assemelham-se aos encontrados pelos autores nos Estados Unidos.

Justificativa da Pesquisa

A motivação da pesquisa é decorrente da importância deste assunto, tendo em vista que a tentativa de verificar se a Contabilidade brasileira tornou-se mais conservadora ao longo dos últimos anos é importante para investidores, pesquisadores e órgãos regulatórios, pois afetam a comparabilidade entre as demonstrações ao longo dos anos e podem ensejar uma tomada de decisão equivocada. Como cada país tem a sua própria cultura contábil e, por conseguinte a sua própria taxa de variação de Conservadorismo, a comparação entre empresas de diferentes países também poderia ser prejudicada. Harris et al. (1994) e Pope e Walker (1999) comentam sobre isso e sugerem ajustes nos níveis de Conservadorismo entre os países para fins de análise.

Givoly e Hayn (2000) comentam que se uma mudança na relação estrutural entre lucros, fluxo de caixa e *accruals* ocorreu, a análise das demonstrações financeiras deve reconhecê-la. Por exemplo, se o grau de prudência cresceu através do tempo, a análise da série temporal das demonstrações financeiras não terá significado a não ser que exista um ajuste nos níveis de variação do conservadorismo.

Estudos anteriores realizados no Brasil fizeram importantes abordagens a respeito do Conservadorismo, porém esses estudos se concentraram inicialmente na detecção da presença do Conservadorismo nas demonstrações financeiras e posteriormente procuraram identificar as possíveis causas que motivariam tal prática. Nos dois casos, pôde-se observar que não há um consenso entre os estudos, sendo algumas vezes contraditórios entre si, alcançando resultados totalmente divergentes. Vale ressaltar que essas pesquisas tiveram uma grande variação em relação ao tamanho, série temporal da amostra e modelo econométrico aplicado, e na maioria dos casos não obtiveram resultados estatísticos significativos.

Nesse sentido, essa pesquisa justifica-se pela tentativa de se chegar a um resultado significativo e difere-se das demais em relação ao objetivo e ao tempo de estudo da amostra que compreende o período de 1995 a 2010, já que nenhum estudo no Brasil abrange período tão longo. Além disso, a grande maioria dos estudos brasileiros se concentrou na medida de

Conservadorismo criada por Basu (1997). Essa pesquisa vai além, baseando-se em outras medidas testadas por Givoly e Hayn (2000). Seguindo o trabalho desses últimos, esse estudo alonga o período de pesquisa, analisando a relação entre lucro e fluxo de caixa operacional, para identificar as mudanças estruturais nos relatórios contábeis. Assim, busca-se verificar se as mudanças nas propriedades das séries temporais dos lucros, fluxo de caixa e *accruals* são consistentes com o crescimento do Conservadorismo.

Organização da Pesquisa

Após a apresentação da contextualização, a caracterização do problema, os objetivos da pesquisa, a relevância do estudo e a delimitação do trabalho, apresenta-se a estrutura deste estudo, que se distribui por seis capítulos.

No capítulo 1, o estudo envolve o referencial teórico dos aspectos conceituais relacionados:

- aos Princípios Contábeis Aceitos de Forma Generalizada no Brasil, nos Estados Unidos e nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS);
- ao conceito do Conservadorismo, suas diversas definições, origem, tipos, críticas, sua importância e suas possíveis causas (fontes);
- à mensuração do Conservadorismo.

No capítulo 2 serão apresentados os principais estudos anteriores sobre o tema tratado. Serão apresentados os objetivos dos estudos, a metodologia utilizada e os resultados encontrados.

O capítulo 3 caracteriza-se pela apresentação dos procedimentos metodológicos na elaboração desse trabalho. Sendo assim, nesse capítulo são abordados a tipologia da pesquisa, suas hipóteses, universo e amostra, os mecanismos de coleta e tratamento dos dados, as variáveis compostas nos modelos empíricos e as limitações da pesquisa.

No capítulo 4 são apresentados e discutidos os resultados encontrados.

Já no capítulo 5 são apresentadas as considerações finais e as recomendações para futuras pesquisas.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Princípios da Contabilidade

Segundo a Resolução 1.111/07 do CFC, qualquer área de conhecimento humana tem sempre como ponto de partida princípios que servem de fundamentos e qualificações essenciais da ordem que institui. Esses princípios espelham a ideologia de determinado sistema, seus postulados básicos e seus fins, sendo considerados pedras angulares e vigas-mestras do sistema, pois possuem o poder de declarar e consolidar os altos valores da vida humana.

A Contabilidade é uma Ciência Social Aplicada que tem como objetivo a divulgação de informações úteis ao processo decisório de diversos usuários como acionistas, investidores, governo, credores etc. Esse conceito assemelha-se ao citado por Iudícibus e Marion (1999), no qual o objetivo da Contabilidade é fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade. Por isso, ela também se alicerça em uma série de princípios, conhecidos como Princípios Fundamentais de Contabilidade. Os Princípios Contábeis disciplinam o momento adequado em que os valores de entradas e saídas devem ser reconhecidos no resultado do exercício, com a finalidade de atenuar as forças conflitantes entre a relevância e a confiabilidade das informações (Colauto *et.al*, 2010).

No Brasil, esses princípios se encontram regulamentados pela Resolução CFC 750 de 29 de dezembro de 1993, que destaca em seu parágrafo 1º, a obrigatoriedade da utilização dos princípios de Contabilidade no exercício da profissão. Sobre isso Lima e Viegas (2002) comentam que a observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão de Contador e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como, conseqüentemente, dos registros contábeis, devendo esses Princípios serem estritamente observados na identificação, mensuração e reconhecimento dos fatos contábeis, pois representam as doutrinas e teorias relativas à ciência da Contabilidade. Horngren, Foster e Datar (2000) corroboram com esse pensamento ao comentarem que a Contabilidade Financeira está limitada pelos Princípios Contábeis Aceitos de Forma Generalizada, os quais restringem as regras de reconhecimento da receita e mensuração de despesas e também os tipos de item que são classificados como ativo, passivo

ou patrimônio líquido no Balanço Patrimonial. A própria Lei 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades Anônimas disciplina essa obrigatoriedade no seu artigo 177 ao determinar que as companhias obedeçam aos princípios de contabilidade aceitos de forma generalizada ao elaborarem a sua escrituração.

Importante destacar que a nomenclatura Princípios Fundamentais de Contabilidade foi substituída por Princípios de Contabilidade, através da Resolução 1.282/10 do CFC, que alterou a 750/93. Isso se deve ao fato de não existir um consenso de quais são os Princípios da Contabilidade, havendo algumas diferenças conceituais entre diferentes países e até mesmo, no Brasil, entre os diversos autores. Siqueira, Ferreira e Canan (2006) realizaram um estudo com os principais autores de livros de Contabilidade no Brasil e observaram uma grande variedade de nomenclaturas:

Tabela 1 - Nomenclatura dos Princípios

Denominação	Quantidade de Livros
Princípios Fundamentais de (a) Contabilidade	2
Princípios Contábeis	3
Princípios Fundamentais de Contabilidade Financeira	1
Princípios Contábeis Geralmente Aceitos	1
Princípios da Contabilidade Geralmente Aceitos	1
Preceitos Contábeis Geralmente Aceitos	1
Preceitos Contábeis	1

Fonte: Siqueira, Ferreira e Canan (2006, p.26)

Dentre outras alterações trazidas pela Resolução 1.282/10 do CFC, destaca-se a supressão do princípio da Atualização Monetária, que estava em desuso desde a criação do plano Real, pois a correção monetária só poderia ser feita caso a inflação acumulada em três anos fosse superior a 100%. Atualmente são seis os princípios enumerados pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 750/93:

Princípio da Entidade: reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no

universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Princípio da Continuidade: pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Princípio da Oportunidade: refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Princípio do Registro pelo Valor Original: determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

Princípio da Competência: determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Princípio da Prudência: determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e para as receitas e do maior para os do passivo e para as despesas, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Devem ser escolhidas alternativas que resultem em menor Patrimônio Líquido.

1.2. Princípios da Contabilidade no IFRS x USGAAP x CPC

O FASB, através da *Standard* nº 2 - *Qualitative Characteristics of Accounting Information* (1980) – conceitua os princípios norte americanos de forma hierárquica, Hendriksen e Breda (1999) comentam sobre essa hierarquia que é apresentada na figura 1. Diferentemente destes, os princípios listados pelo Conselho Federal de Contabilidade não apresentam hierarquia entre si. O *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* (IASB 1989) base para a elaboração do Pronunciamento Conceitual Básico no Brasil diz que é necessário um balanceamento entre os princípios com o objetivo de atingir um equilíbrio apropriado, a fim de satisfazer aos objetivos das demonstrações contábeis, sendo esse balanceamento uma questão de julgamento profissional.

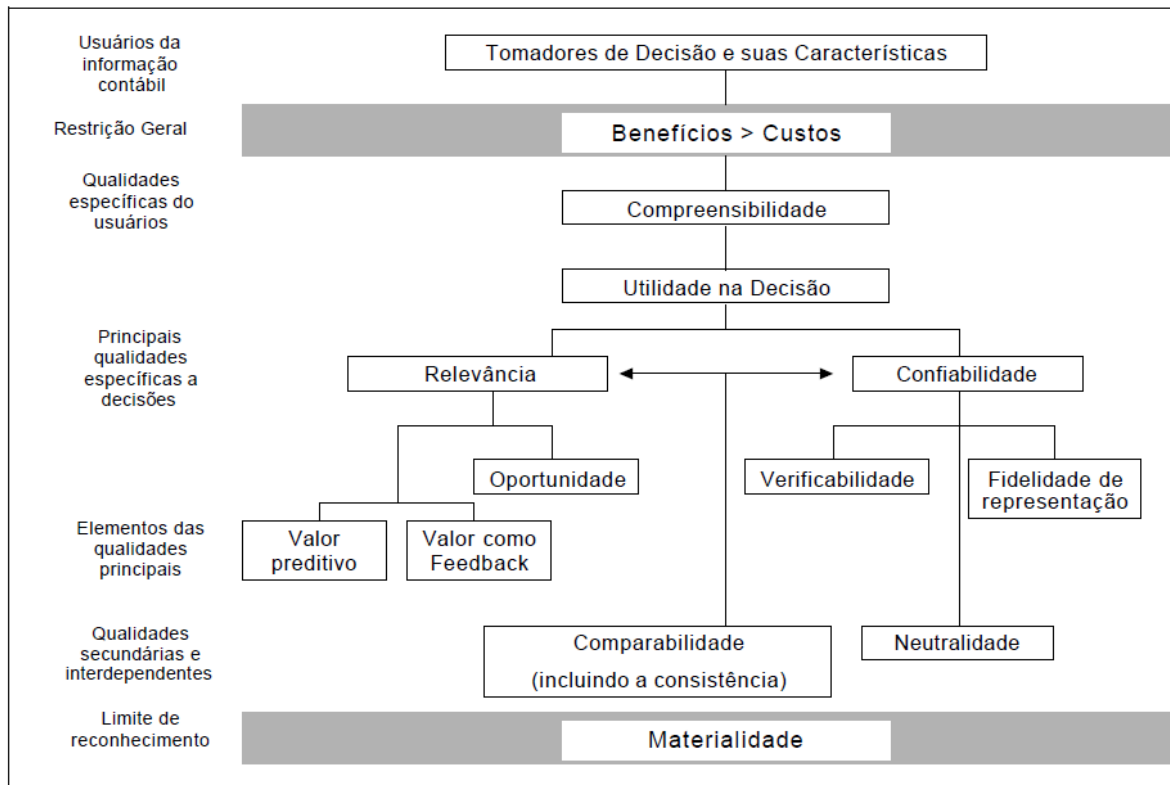


Figura 1 Hierarquia dos Princípios Contábeis nos Estados Unidos

Fonte: Hendriksen & Breda, 1999, p. 96.

O *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* (IASB 1989) utiliza uma estrutura diferente da apresentada pelo CFC ao tratar dos Princípios de Contabilidade, porém, através do processo de harmonização, essa estrutura foi implementada no Brasil pelo Pronunciamento Conceitual Básico, que divide os Princípios da seguinte maneira:

- **Pressupostos Básicos:** composto pela Competência e Continuidade. Esses pressupostos seriam a base da Contabilidade, sem os quais ela não existiria.
- **Características Qualitativas:** São responsáveis por tornar as informações mais úteis para os usuários. Compostas pela compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. A confiabilidade compreende ainda os atributos da representação adequada, primazia da essência sobre a forma, neutralidade, prudência e integridade.

A figura abaixo resume a estrutura atual do Pronunciamento Conceitual Básico sobre os Princípios Contábeis:

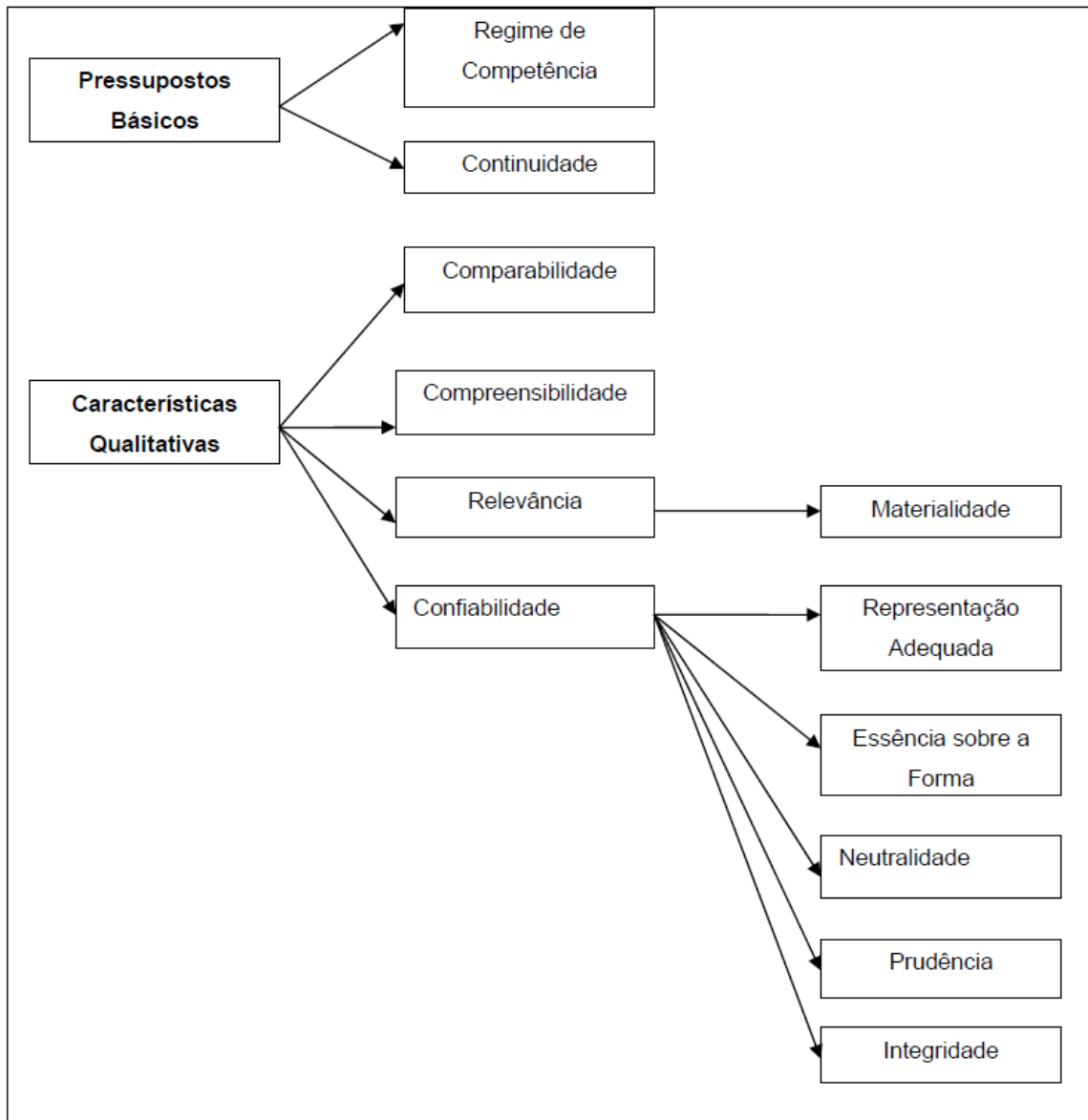


Figura 2 Estrutura dos Princípios Contábeis no Pronunciamento Conceitual Básico
Fonte: Frey, Lorandi e Pinheiro, 2011, p. 8.

Vale ressaltar que em 2009 o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* sofreu algumas alterações, e a estrutura dos seus Princípios foi modificada, porém o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não alterou a estrutura brasileira. Com o processo de harmonização, tal alteração deve ocorrer nos próximos anos.

Segundo a nova estrutura do *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, para a informação financeira ser útil, deve ser relevante e fiel ao que ela pretende representar. A utilidade da informação financeira é reforçada, se é comparável, verificável, oportuna e compreensível. Logo, essa nova estrutura dos Princípios nas Normas Internacionais é a seguinte:

- Características Qualitativas Fundamentais: Relevância e Representação Fiel (substitui a confiabilidade).
- Aprimorando as características Qualitativas: Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade.

Apesar de divergirem nas nomenclaturas e na hierarquia dos Princípios, percebe-se que a base estrutural nos três GAAP's (Princípios Contábeis Aceitos de Forma Generalizada) é a mesma, que é fazer a Contabilidade fornecer informações úteis e confiáveis aos seus usuários, ou seja, cumprir seu objetivo.

1.3. Conservadorismo

A origem do Conservadorismo vem do século XIX, quando os contadores das empresas falimentares tinham que provisionar todas as perdas prováveis que aquela empresa ainda poderia ter antes de fazer qualquer distribuição do seu patrimônio (WATTS, 1993). Porém, segundo Basu (1997) a origem do Conservadorismo vem de muito antes. Para ele esse Princípio tem influenciado a prática da contabilidade durante séculos. Registros históricos indicam sua aplicação desde o início do século XV, mostrando que a contabilidade na Europa medieval já era conservadora.

Segundo Gotti (2007), entender o papel do conservadorismo é fundamental para a correta interpretação da natureza e aplicação da avaliação contábil. Como visto anteriormente, o Conservadorismo pode também ser chamado de Prudência dependendo do autor ou mesmo do país onde esteja sendo aplicado esse princípio. Givoly e Hayn (2000) definem o Conservadorismo como uma importante convenção usada em relatórios financeiros, a qual implica em um exercício de cautela no reconhecimento e mensuração do lucro e do ativo. Entretanto, segundo os autores, apesar do seu papel central na teoria e na prática contábil, nenhuma definição oficial de conservadorismo existe. A única definição oficial é oferecida no glossário de Conceitos de Enunciados número 2 do FASB, dizendo que o conservadorismo é uma reação prudente na tentativa de tentar garantir que incertezas e riscos inerentes em situações de negócios sejam levados em conta. Já para Basu (1997) o conservadorismo se apresenta quando acontece o reconhecimento de más notícias mais oportunamente que o reconhecimento de boas notícias, Watts (2003) ressalta que o modelo empírico desenvolvido

por Basu (1997) é o mais utilizado para avaliar o grau de conservadorismo do resultado contábil.

Smith e Skousen (1987) reiteram o Conservadorismo como uma regra na qual quando existe uma verdadeira dúvida que diz respeito a qual das duas ou mais alternativas de divulgação deve ser escolhida, a alternativa com o efeito menos favorável sobre o patrimônio líquido deve ser a escolhida. Porém, para Givoly e Hayn (2000) essa definição é ambígua desde que medidas de contabilidade segundo o GAAP devem preservar certas identidades. A soma dos ganhos durante a vida da empresa (ou depois de um grande ciclo operacional) tem que ser a mesma independentemente da escolha contábil. Portanto, o que constitui conservadorismo em determinado período pode se transformar em não-conservadorismo em períodos subsequentes. Colauto (2010) corrobora com o pensamento de Givoly e Hayn (2000) ao definir o lucro, num sentido amplo, como a variação do patrimônio de uma empresa durante um período, enquanto que o teste do sucesso (ou insucesso) das operações de uma empresa é medida pela diferença do dinheiro obtido (superior ou inferior) ao dinheiro gasto no longo prazo. O autor afirma ainda que os economistas têm procurado refinar os dois conceitos com observações do mundo real, muito embora discordem quanto à sua importância.

Conhecer o conceito do lucro contábil é de fundamental importância para entender o porquê do Conservadorismo contábil. Sobre isso Hendriksen e Breda (1999, p. 217) salientam que “um dos aspectos cruciais da pesquisa sobre o impacto de lucros contábeis no mercado de capitais é a determinação do conteúdo informacional dos dados de lucro”.

Uma definição mais descritiva de conservadorismo é a de que existe um critério selecionador entre os princípios da contabilidade que leva à minimização dos lucros acumulados reportados através de um reconhecimento de receitas mais lento, um reconhecimento de despesa mais rápido, uma avaliação mais baixa de ativos e uma avaliação maior do passivo (GIVOLY; HAYN, 2000 *apud* WOLK et al., 1989; DAVIDSON et al.; 1985; STICKNEY; WEIL, 1994).

Em um mundo de incerteza sobre os lucros futuros, muitas vezes os gestores possuem conhecimentos valiosos sobre operações da empresa e valores dos ativos. Se a compensação gerencial está ligada aos lucros reportados, os gestores têm incentivos para reter do lucro relatado qualquer informação que possa afetar negativamente a sua compensação. O surgimento do princípio do conservadorismo e da preparação de demonstrações financeiras auditadas podem ser atribuídos às tentativas de reduzir tal oportunismo e diminuir as vantagens da assimetria de informação dos gestores em relação aos outros detentores de

direitos (BASU, 1997). Watts (2003) corrobora com esse pensamento ao atribuir ao conservadorismo a importante função de mitigar comportamentos oportunistas de gestores. Lopes (2001) também salienta vantagens do Conservadorismo, e afirma que ele é responsável por fornecer informações mais confiáveis aos usuários da Contabilidade por intermédio de demonstrações que não sejam excessivamente otimistas.

Por outro lado, Hendriksen e Breda (1999) criticam a prática desse princípio comentando que ela conflita com o objetivo da contabilidade de divulgar toda informação relevante e também com a consistência no sentido de ser uma limitação relevante, além de conduzir a uma falta de comparabilidade, pois não há padrões uniformes para sua implantação.

Coelho e Lima (2007a) comentam que as normas brasileiras de contabilidade que contêm expressa referência ao conceito de conservadorismo estão consubstanciadas na Resolução 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – Princípios Fundamentais de Contabilidade – e na Deliberação 29/86 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (pronunciamento preparado pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) – da seguinte forma:

a) CFC: Princípio da Prudência que determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações que afetem o Patrimônio Líquido. Esse Princípio pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam super avaliados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

b) CVM: Convenção do Conservadorismo que restringe a aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade na avaliação do patrimônio; dentre conjuntos de avaliação igualmente válidos, escolhe-se a alternativa que apresente o menor valor atual para o ativo e o maior para as obrigações.

Cabe ressaltar que a Deliberação 29/86 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade – foi revogada, e substituída pela Deliberação CVM nº 539/08 que aprova o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00) que trata do conceito de Conservadorismo, nesse caso denominando-o de Prudência, diferentemente do que fazia a Deliberação Revogada. Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00) a Prudência é apenas um atributo necessário para que a informação contábil seja confiável, ou

seja, o Conservadorismo passa a ser apenas um complemento de uma característica qualitativa. Comparando com a Resolução 750/93 do CFC na qual ele é um dos seis Princípios da Contabilidade, percebe-se que há uma menor ênfase a aplicação desse conceito atualmente. A definição dada ao Conservadorismo não diverge muito das anteriores. Segundo essa nova norma a Prudência:

consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.

Seguindo o pensamento de Watts (2003), o impacto tributário seria uma das fontes de Conservadorismo. No Brasil um ponto muito importante para um possível aumento do Conservadorismo é a grande influência da legislação fiscal na Contabilidade. Nunca houve uma completa separação entre a Contabilidade Tributária e a Societária. Em geral as empresas apuram os impostos a pagar a partir da Contabilidade Societária. Assim, com o objetivo de pagar menos tributos, as empresas buscam reduzir seus lucros através da aplicação de regras fiscais que possibilitem tal redução.

Apesar de o conservadorismo estar presente há anos no conjunto de práticas e procedimentos contábeis do Brasil, poucas pesquisas têm sido desenvolvidas aqui com o objetivo de investigar as possíveis causas do conservadorismo contábil (SANTOS; COSTA, 2008), ou mesmo para tentar quantificar o nível desse conservadorismo reportado.

Conforme Watts (2003) e Gotti (2007), a literatura distingue dois tipos diferentes de conservadorismo. O primeiro é o conservadorismo incondicional ou conservadorismo de balanço que ocorre com a contabilização das despesas da maioria dos bens intangíveis e se reflete na subavaliação do valor contábil do Patrimônio Líquido em comparação com o valor de mercado da empresa (razão *book-to-market*). O segundo é o conservadorismo condicional ou conservadorismo de lucro, definido como a oportunidade assimétrica de reconhecimento das receitas em detrimento das despesas.

Sobre essa classificação, Brito (2010) complementa ao dizer que o conservadorismo incondicional é o processo que leva à constante apuração de valores de ativos líquidos mais baixos, independentemente de novos eventos que sinalizem prováveis perdas econômicas à empresa, como por exemplo, a depreciação contábil mais acelerada do que a depreciação econômica, a contabilização dos gastos com pesquisa e desenvolvimento como despesa, ao invés de serem ativados como intangíveis, e a utilização do método UEPS (último a entrar, primeiro a sair) na avaliação de estoques, especialmente em períodos inflacionários. Já para o

autor, no conservadorismo condicional, quando a empresa defronta-se com eventos desfavoráveis, as perdas estimadas são tempestivamente reconhecidas nas demonstrações financeiras, mas, quando eventos favoráveis são observados, os ganhos esperados não são reconhecidos de maneira imediata, mas somente quando efetivamente realizados, como por exemplo o registro dos estoques pelo menor valor entre custo e mercado, a baixa por *impairment* de ativos e o reconhecimento assimétrico de ganhos e de perdas contingentes.

1.4. Mensuração do Conservadorismo

Por ser de característica totalmente subjetiva, torna-se muito difícil quantificar o nível de Conservadorismo das demonstrações financeiras. Como já visto, nem mesmo sobre o conceito desse Princípio há uma concordância. Com isso, surgiram diversas medidas de mensuração do Conservadorismo, porém não existe uma medida padrão que possa ser considerada a mais completa ou a mais correta. Givoly e Hayn (2000) corroboram com esse pensamento ao ressaltarem que a ausência de uma definição geralmente aceita de conservadorismo torna difícil testar seu nível através de uma única medida ou até mesmo por uma série de medidas, qualquer evidência obtida por meio dessas várias medidas deve ser vista apenas como indicativa de tendências conservadoras. Brito (2010) reitera essa percepção ao comentar que a detecção de práticas contábeis conservadoras pelas empresas é um procedimento difícil de ser observado diretamente em estudos acadêmicos, devendo os pesquisadores, que buscam tais evidências ou que examinam os fatores que motivam essa prática, utilizarem diferentes métricas (*proxies*) para capturar o fenômeno a partir dos números contábeis reportados, pois apesar da evolução das pesquisas sobre esse tema nos últimos anos, ainda não há uma medida de conservadorismo precisa e amplamente reconhecida no meio acadêmico. Em consequência, diversas métricas são desenvolvidas e utilizadas nos trabalhos empíricos, as quais capturam o conservadorismo sob diferentes perspectivas e podem levar a resultados divergentes.

A seguir são comentados os modelos empíricos mais utilizados nas pesquisas sobre Conservadorismo.

Watts (2003), Ryan (2006) e Roychowdhury e Watts (2006) ressaltam que o modelo empírico desenvolvido por Basu (1997), para captar o reconhecimento assimétrico das informações, é o mais eficaz na medição do conservadorismo condicional e por isso é o mais

utilizado por pesquisadores para avaliar o grau de conservadorismo das demonstrações contábeis. Isso porque o reconhecimento assimétrico das boas e más notícias no resultado do exercício é o efeito mais direto do conservadorismo condicional. Segundo Basu (1997) com o conservadorismo as companhias postergam o reconhecimento das notícias favoráveis e reportam mais rapidamente as notícias ruins, causando a subavaliação dos seus lucros.

O modelo de Oportunidade Assimétrica nos Lucros - Basu (1997) - mede a avaliação da oportunidade e do conservadorismo da informação contábil. Esse modelo procura captar o reconhecimento assimétrico dos eventos econômicos pela Contabilidade, através da correlação entre o movimento do preço das ações com os lucros reportados em períodos de “más notícias” e períodos de “boas notícias”. O reconhecimento mais oportuno das “más notícias” em relação ao reconhecimento das “boas notícias” seria uma evidência do Conservadorismo (BASU; 1997). Assim, segundo Antunes (2007), obtém-se uma *proxy* para a velocidade com que as informações avaliadas pelos investidores (eventos econômicos) são traduzidas em eventos contábeis reconhecidos na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) e para o aumento dessa velocidade na tradução de retornos negativos, tidos como más notícias que reduzem o valor da empresa.

Basu (1997) desenvolveu ainda o modelo econométrico de Componentes Transitórios nos Lucros, para captar a persistência e transitoriedade presentes na série temporal dos lucros. Segundo o autor, o Conservadorismo resulta em menor persistência (maior transitoriedade) de lucros em períodos de más notícias em relação aos períodos de boas notícias, ou seja, as reduções nos lucros são mais transitórias do que os aumentos. Sobre esse modelo, Brito (2010) comenta que, na hipótese de conservadorismo, devido ao diferimento do reconhecimento dos ganhos, as variações positivas serão persistentes na série temporal de lucros e as variações negativas serão transitórias, por conta do reconhecimento oportuno das perdas.

Segundo Gassen et al. (2006) uma *proxy* utilizada para medir o nível de conservadorismo global das demonstrações financeiras é o índice *market-to-book* desenvolvido por Feltham and Ohlson (1995). Essa *proxy* considera a demonstração contábil conservadora se o valor esperado no tempo t do excesso do valor de mercado em relação ao valor contábil do patrimônio líquido da empresa no momento $t + r$ é maior que zero quando r tende ao infinito. Uma razão entre o valor de mercado e o valor patrimonial da empresa maior do que um indica uma Contabilidade conservadora e o aumento dessa razão com o tempo sugere um aumento do nível de conservadorismo reportado pelas demonstrações financeiras (GIVOLY; HAYN, 2000). Nesse sentido Brito (2010) reitera comentando que o

conservadorismo pode ser mensurado por meio da razão entre o valor de mercado e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa, denominada na literatura por índice *market-to-book*. Para o autor esse índice mede a extensão na qual a Contabilidade subavalia o patrimônio líquido da empresa em relação ao parâmetro de mercado. Em geral, um índice *market-to-book* maior do que um evidencia a presença de práticas conservadoras. Porém, a associação da elevação desse índice com o aumento do Conservadorismo sofre grandes críticas por alguns autores como Ahmed et al. (2000). Brito (2010) também critica essa medida dizendo que:

A despeito da sua ampla utilização em pesquisas acadêmicas, o índice market-to-book é uma medida bastante limitada para o conservadorismo. A principal restrição desse indicador é que a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa pode ser decorrente de outros fatores que não o conservadorismo propriamente dito.

Um fator relevante que impacta o índice market-to-book é o goodwill (ou fundo de comércio). O goodwill representa os lucros futuros esperados acima dos resultados normais da empresa. Esses lucros advêm da sinergia gerada pelos ativos operando em conjunto, portanto, eles não são identificáveis individualmente. Em razão da dificuldade quanto à sua mensuração, o goodwill gerado internamente pela empresa não deve ser reconhecido como ativo, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04 (CPC, 2008).

O goodwill é expresso pela diferença entre o valor de mercado da empresa e o valor do seu patrimônio líquido a preços de mercado. Segundo Martins (2001, p. 124), ele pode ser considerado como o resíduo existente entre a soma dos itens patrimoniais mensurados individualmente e o valor global da empresa. Como o goodwill gerado internamente não está registrado nas demonstrações contábeis, ele afeta a magnitude do índice market-to-book. Além do goodwill, outros fatores afetam o índice market-to-book, como o uso do custo histórico para a avaliação de itens patrimoniais, o não reconhecimento de certos ativos intangíveis e os efeitos da inflação. Em consequência, um índice market-to-book elevado pode não significar, necessariamente, que a empresa seja conservadora.

Uma outra *proxy* que procura medir o nível de Conservadorismo é a de acumulação de *accruals* negativos desenvolvida por Givoly e Hayn (2000). Nessa *Proxy*, os pesquisadores buscam comparar o lucro antes da depreciação com o fluxo de caixa operacional, pois eles afirmam que no longo prazo essas duas medidas devem convergir para o mesmo valor. A diferença entre esses valores seriam os *accruals*. E quando esses *accruals* são negativos tem-se uma evidência da presença do Conservadorismo. Segundo essa *proxy* o aumento da acumulação de *accruals* negativos ao longo do tempo indica um aumento do Conservadorismo reportado. Essa *proxy* se transformou em uma clássica medida de conservadorismo, utilizada em estudos subseqüentes, dado que nela se destaca a influência do regime de competência (COELHO, 2007).

2. ESTUDOS ANTERIORES

A seguir são apresentados os principais estudos sobre Conservadorismo realizados no Brasil. Foram selecionados os estudos mais recentes e com maior identificação ao objetivo dessa pesquisa.

Coelho e Lima (2007) buscaram avaliar em seu artigo a presença de conservadorismo nos resultados apresentados nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil pelas sociedades por ação entre os anos de 1995 a 2004. Os autores decidiram realizar a pesquisa em virtude da constatação de que, se de um lado, a regulamentação brasileira é enfática no estabelecimento do princípio ou convenção do conservadorismo como, por exemplo, a antecipação do registro de perdas e o diferimento do reconhecimento de receitas e, por outro lado, permitia o reconhecimento prematuro de receitas não realizadas, como acontecia na reavaliação de ativos.

O objetivo da pesquisa de Coelho e Lima (2007) pode ser formulado do ponto de vista de investigar a presença nas demonstrações contábeis das sociedades por ações brasileiras da prática de conservadorismo e de examinar se tal presença estará condicionada à existência de signos que indiquem prováveis perdas futuras.

Coelho e Lima (2007), então, partiram da hipótese de que a prática de conservadorismo na apuração de resultados contábeis no Brasil não dependerá da existência de sinais de mau desempenho atual das firmas, implicando em que os lucros publicados têm fraca eficiência informacional.

Em seu trabalho, Coelho e Lima (2007) tomaram as demonstrações contábeis das sociedades por ações que foram encaminhadas à SERASA e que continham dados completos para o período de 1995 a 2005, num total de 2.833 empresas. Com base em tais informações, os autores testaram a antecipação oportuna assimétrica de perdas econômicas através do modelo de Componentes Transitórios nos Lucros proposto por Basu (1997) e o conservadorismo condicional através do modelo de Associação entre Apropriações Contábeis e Fluxos de Caixa proposto por Ball e Shivakumar (2005). A amostra considera sociedades por ações com dados para a série temporal completa, regredindo-se os dados em painel segundo os métodos que os autores consideram mais adequados.

Como resultado Coelho e Lima (2007) confirmam a hipótese de que os gestores das empresas em questão não praticam o conservadorismo condicional, embora se constate

reversão dos componentes transitórios do lucro em maior magnitude no caso de variações negativas do lucro antecedente.

Gonzaga (2008) buscou em seu trabalho analisar evidências empíricas quanto à relação do conservadorismo contábil e os conflitos sobre as políticas de dividendos entre acionistas minoritários e majoritários e o custo da dívida nas companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA, no período entre 1995 a 2006.

No trabalho de Gonzaga (2008) foram utilizadas duas métricas para conservadorismo, uma baseada exclusivamente em variáveis contábeis – medida baseada em *accruals* proposta por Givoly e Hayn (2000) e outra com variáveis de mercado – medida baseada no *book-to-market* sugerida por Beaver e Ryan (2000).

Gonzaga (2008) trabalhou com as hipóteses de que não há relação entre o conservadorismo contábil e os conflitos sobre as políticas de dividendos entre acionistas minoritários e majoritários nas companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA e também de que não há relação entre o custo da dívida e o conservadorismo contábil nas companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA.

Para o teste das hipóteses utilizou-se regressão com dados em painel utilizando como *proxies* para conservadorismo contábil a medida baseada em *accruals* utilizada por Givoly e Hayn (2000) e a baseada no *book-to-market* proposta por Beaver e Ryan (2000).

Os resultados encontrados por Gonzaga (2008) corroboram os achados por Ahmed et al. (2002), oferecendo indícios para rejeição das hipóteses testadas (H0a e H0b), indicando que há relação entre o conservadorismo contábil e os conflitos sobre as políticas de dividendos entre acionistas e o custo da dívida nas empresas da amostra, porém os resultados divergem entre as diferentes medidas de conservadorismo.

Costa, Costa e Lopes (2006) realizaram um estudo sobre conservadorismo em cinco países da América do Sul objetivando a avaliação de como o lucro contábil incorpora o retorno das ações de empresas argentinas, brasileiras, colombianas, peruanas e venezuelanas.

Neste sentido, o trabalho de Costa, Costa e Lopes (2006) buscou analisar como o lucro contábil incorpora o retorno econômico do período, ou seja, a oportunidade do lucro contábil no reconhecimento de lucros e prejuízos ou boas e más notícias em cinco países da América do Sul, membros da Comunidade Andina ou do Mercosul, em um ambiente em que um dos pressupostos básicos da Contabilidade é o conservadorismo. Para o grau de assimetria de reconhecimento de boas e más notícias os autores utilizaram o modelo proposto por Basu (1997).

A amostra de Costa, Costa e Lopes (2006) foi composta dos seguintes países: Argentina e Brasil, membros do Mercosul; Colômbia, Peru e Venezuela, membros da Comunidade Andina, pois são os países com maior número de habitantes e maior Produto Interno Bruto dentro de seus respectivos blocos. O Chile, por participar de forma parcial no Mercosul, não foi analisado na amostra.

Costa, Costa e Lopes (2006) processaram suas regressões utilizando a técnica de dados combinados. Associando dados de série temporal (dados do ano de 1995 a 2001) com dados de corte (todas as empresas com dados disponíveis no ano), analisaram o conjunto das regressões dos países nos anos de 1995 a 2001.

Como resultado, Costa, Costa e Lopes (2006) constataram, empiricamente, que o Conservadorismo está presente no processo de reconhecimento do retorno econômico pelo lucro contábil nos países estudados, membros de uma mesma região, a América do Sul e dos blocos econômicos: a Comunidade Andina e o Mercosul.

Em linha com a literatura observada sobre o tema e com os resultados encontrados, Costa, Costa e Lopes (2006) observaram baixa relação entre lucro corrente e retorno corrente, resultado esperado em países *Code-law*, como os cinco estudados neste trabalho. Dessa forma, corroborando a literatura recente, que indica que nesses países, devido à relação entre modelos de governança corporativa e a relevância da informação contábil, em conjunto com o ambiente institucional dos países, a Contabilidade não reflete, significativamente, o retorno econômico. Mesmo sem relatar relação significativa entre lucro corrente e retorno corrente, os resultados sugerem que o reconhecimento dos resultados negativos é maior que o reconhecimento do retorno como um todo, evidenciando Conservadorismo nos resultados contábeis.

Santos e Costa (2008) realizaram um estudo que buscou investigar de maneira empírica se o nível de conservadorismo contábil nas demonstrações elaboradas segundo o formato US GAAP de demonstrações contábeis por empresas brasileiras é diferente daquelas segundo os BR GAAP. De forma complementar à investigação do reconhecimento assimétrico entre “boas notícias” e “más notícias”, foi avaliado o grau de associação entre a informação contábil e o comportamento de preços no mercado, ou seja, sua oportunidade.

Neste sentido o foco do trabalho dos autores consiste na avaliação sobre o nível de utilização do conservadorismo e como o resultado contábil está associado ao retorno econômico da ação em relação às demonstrações contábeis elaboradas segundo o BR GAAP brasileiros e US GAAP de companhias brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque.

Para a pesquisa, Santos e Costa (2008) selecionaram como amostra as empresas abertas que emitiram ADRs listadas na BM&FBOVESPA . O período pesquisado para coleta de dados foi de dezembro de 1992 até junho de 2004. A amostra final ficou com 33 companhias brasileiras, após as exclusões realizadas.

Como metodologia, Santos e Costa (2008) utilizaram dados em painel, que permite capturar o comportamento das variáveis tanto na dimensão temporal quanto na espacial.

O modelo utilizado pelos autores foi o mesmo desenvolvido por Basu (1997) para a avaliação da oportunidade e do conservadorismo da informação contábil e que foi aplicado para companhias brasileiras selecionadas por Costa, Lopes e Costa (2006). O modelo de Basu (1997) permite estudar as variáveis lucro, retorno, boas e más notícias.

Como resultado, Santos e Costa (2008) encontraram indícios de que o lucro contábil, segundo as normas brasileiras, é mais oportuno que nas normas americanas. Dessa forma os autores inferiram que o conservadorismo contábil para as empresas brasileiras pode não estar no GAAP e sim estar relacionado com instrumentos de governança corporativa e outros fatores.

Santos et al. (2011) elaboraram uma pesquisa cujo objetivo principal foi investigar se após a vigência da Lei n.º 11.638/07 houve alteração no grau de conservadorismo condicional das empresas brasileiras listadas no segmento Bovespa da BMF&BOVESPA.

Para tanto, Santos et al. (2011) trabalharam com as hipóteses de que – O conservadorismo nos lucros divulgados pelas companhias que negociam suas ações na BM&FBOVESPA aumentou depois da Lei n.º 11.638. E com a hipótese de que – A vigência Lei n.º 11.638 não teve influência significativa no nível de conservadorismo nos lucros divulgados pelas companhias que negociam suas ações na BM&FBOVESPA.

A metodologia adotada por Santos et al. (2011) foi de uma pesquisa empírico-analítica através da coleta de informações obtidas na base de dados Economatica, relativa às companhias não financeiras de capital aberto listadas na BMF&BOVESPA durante o período entre o primeiro trimestre de 2005 até o terceiro trimestre de 2009, e que apresentaram as demonstrações contábeis trimestrais completas para todos os trimestres nesta janela de tempo. Após as devidas exclusões, os autores finalizaram a amostra com 100 empresas que tinham todas as informações requeridas disponíveis.

Para medição do conservadorismo condicional das empresas Santos et al. (2011) utilizaram o modelo analítico original proposto por Basu (1995), ajustado para medir o efeito da Lei n.º 11.638 sobre o conservadorismo.

Através da técnica metodológica de dados em painel, foram estimadas todas as regressões utilizadas pelo modelo em questão. Foram utilizados também estimadores de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS) consistentes com um estimador diferente da matriz de variância-covariância dos estimadores dos parâmetros que leva em conta os erros não independentes e identicamente distribuídos.

Com resultados finais Santos et al. (2011) observaram que, para as demonstrações contábeis trimestrais, não foi possível deduzir se as novas normas tiveram algum efeito no grau de reconhecimento assimétrico de perdas econômicas ainda não realizadas em relação aos ganhos, tampouco se, na condição pesquisada, o lucro contábil reflete de forma oportuna o resultado econômico.

Assim sendo, os resultados indicam a rejeição da hipótese testada neste trabalho. Desse modo, aceitou-se a hipótese alternativa que indica não haver efeito da Lei n.º 11.638 no conservadorismo condicional das empresas pesquisadas.

Almeida, Costa e Scalzer (2008) buscaram em seus estudos identificar se o grau de conservadorismo utilizado pelas empresas que fazem parte dos diferentes níveis de governança corporativa é diferente do conservadorismo utilizado pelas demais empresas.

Com isso, Almeida, Costa e Scalzer (2008) pretenderam relacionar a governança corporativa e o viés supostamente presente nos modelos contábeis: o Conservadorismo. Com isso, será possível analisar se as empresas participantes dos níveis estabelecidos pela BM&FBOVESPA, por terem o emprego de uma maior quantidade de mecanismos de governança corporativa e transparência, divulgariam informações mais conservadoras ao mercado.

O modelo utilizado pelos autores foi o proposto por Basu (1997), que visa identificar a existência de assimetria de reconhecimento entre as notícias boas e as notícias ruins, utilizando, para tanto, o retorno econômico das ações.

De acordo com Almeida, Costa e Scalzer (2008) o modelo baseia-se na premissa de que o comportamento dos preços das ações no mercado reflete a expectativa dos indivíduos em relação ao futuro da firma (premissa de mercados eficientes). Desta forma, retornos positivos da ação corresponderiam a “boas notícias” e retornos negativos, a “más notícias”. Sob o pressuposto da existência de conservadorismo, o modelo contábil seria mais oportuno para o reconhecimento de “más notícias” em relação a “boas notícias”. Tal fato é justificado pelo maior grau de verificabilidade exigido para ativos e receitas.

Almeida, Costa e Scalzer (2008) colheram os dados das companhias provenientes da base de dados do Economática, no período de dezembro de 2000 até dezembro de 2004.

Foram obtidos os dados do lucro líquido e o valor de mercado no dia 30 de abril, que foram ajustados pelo próprio software Economática pelo IPCA acumulado, em moeda original de 31 de dezembro de 2004.

Almeida, Costa e Scalzer (2008) obtiveram 1.351 observações/ano, sendo 280 para empresas que estão listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA e 1.071 para empresas que não fazem parte de tais níveis.

Como resultado, Almeida, Costa e Scalzer (2008) concluíram que as companhias que se comprometeram com maiores exigências em termos de mecanismos de governança corporativa apresentariam um maior grau de conservadorismo do que as outras participantes do mercado.

Colauto et al. (2010) realizaram um estudo especificamente voltado ao setor siderúrgico cujo objetivo foi analisar o impacto que o conservadorismo causa no resultado contábil por meio do reconhecimento assimétrico de boas e más notícias sobre o retorno econômico das ações nas maiores empresas siderúrgicas brasileiras.

Nesse aspecto, Colauto et. al (2010) partiram da hipótese de que o lucro das três maiores siderúrgicas brasileiras reflete o Conservadorismo nas práticas de mensuração contábil e para isso selecionaram o modelo de Basu (1997) para investigar através de regressão múltipla, a relação entre as variáveis lucro contábil e retorno econômico. Utilizaram também na Metodologia o Estudo de Eventos que tem por objetivo examinar o impacto de eventos exclusivos no valor da empresa.

Colauto et al. (2010) selecionaram as três maiores companhias do setor siderúrgico brasileiro em valor de vendas que tem ações negociadas na BM&FBOVESPA , finalizando, portanto com Usiminas, CSN e Gerdau Metalúrgica. Os autores levantaram o lucro líquido contábil por ação, retorno econômico e preço das ações, do 1º trimestre de 1999 ao quarto trimestre de 2007.

Como resultado Colauto et al. (2010) perceberam que através dos resultados do modelo de Basu (1997) não foi possível o reconhecimento do retorno econômico pelo lucro, tanto para retornos positivos ou negativos, uma vez que os coeficientes que mediram o Conservadorismo contábil não são estatisticamente significantes para as ações preferenciais e ordinárias de todas as empresas. Ao mesmo tempo não foi possível afirmar que os resultados das companhias estudadas reconhecem por meio de seus *accruals* as perdas (más notícias) de forma mais oportuna do que os ganhos (boas notícias). Os autores consideraram que uma possível explicação para o fato de não ter sido identificado o Conservadorismo nos

demonstrativos financeiros nestas empresas é a utilização de determinados *accruals* para melhorar o resultado divulgado aos usuários externos.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) realizaram uma pesquisa que buscava identificar e verificar comparativamente a existência de diferenças significativas entre companhias abertas e fechadas brasileiras no nível de conservadorismo de suas demonstrações contábeis.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) partiram da hipótese de que o nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis das companhias fechadas é significativamente menor do que o contido nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras. A pesquisa dos autores foi classificada como exploratória e descritiva, e utilizou o modelo econométrico proposto por Ball e Shivakumar (2005).

Para a seleção da amostra de Paulo, Antunes e Formigoni (2008) utilizaram as sociedades anônimas de capital aberto e de capital fechado extraídas do ranking das 500 maiores empresas em operação no Brasil, classificadas pelo volume de vendas, no período de 2000 a 2004. Após serem descartadas as observações incompletas consideradas pelos autores, a amostra final foi composta por 1.384 empresas-ano, 770 empresas-ano referentes às companhias fechadas e 614 empresas-ano referentes às companhias abertas.

É importante destacar que, apesar de ser amplamente utilizado em pesquisas empíricas, o modelo descrito proposto por Basu (1997) não se aplica aos propósitos do presente estudo, pois necessita de variáveis observáveis no mercado de capitais, o que torna seu uso, a priori, inviável para a análise das companhias fechadas. Portanto, optou-se pelo modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005), que se apresenta aplicável ao contexto das companhias fechadas e abertas.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) concluíram que o resultado da análise apresentou significância estatística de que os resultados positivos são componentes persistentes dos lucros. Da mesma forma, os autores verificaram que os resultados negativos são reconhecidos oportunamente, observando-se, assim, um comportamento conservador dos números contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, tanto para companhias fechadas, quanto para as companhias abertas.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) validaram a hipótese de pesquisa, já que as companhias fechadas apresentaram menor reconhecimento oportuno das perdas e, conseqüentemente, possuem menor nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis do que as companhias abertas.

O quadro 1, a seguir, resume e acrescenta outros estudos sobre Conservadorismo realizados no Brasil, destacando os autores, o tamanho da amostra, o período estudado (janela

de tempo), o modelo de mensuração utilizado e as principais conclusões alcançadas. O quadro é dividido em seis painéis, separando os trabalhos quanto aos seus principais objetivos.

Autores	Amostra	Período	Modelo de Medida	Conclusões
Painel A - Detecção de Conservadorismo				
Rangel e Teixeira (2003)	23 empresas dos setores de siderurgia e mineração	1998 a 2001	<i>Mrket-to-book</i> Feltham e Ohlson (1995)	Não é detectado conservadorismo
Soares e Neiva (2007)	39 empresas industriais	2001 a 2005	<i>Mrket-to-book</i> Feltham e Ohlson (1995)	Detectado conservadorismo entre 2001 e 2004, mas não em 2005
Coelho e Lima (2007a)	2.833 empresas	1995 a 2004	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Não é detectado conservadorismo condicional
Painel B - Mercado de Capitais				
Paulo, Antunes e Formigoni (2008)	1.384 empresas (614 companhias abertas e 170 fechadas)	2000 a 2004	Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Companhias abertas são mais conservadoras do que fechadas
Coelho e Lima (2008)	2.833 empresas	1995 a 2004	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	O conservadorismo não é diferente entre companhias abertas e fechadas
Lopes (2001)	Companhias abertas (184 ações ON e PN)	1995 a 1999	<i>Mrket-to-book</i> Feltham e Ohlson (1995); Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997)	Baixo grau de conservadorismo, mas com crescimento em 1999
Paulo (2009)	Companhias que ofertaram ações e debêntures (436 empresas-ano)	2000 a 2006	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997)	Oferta pública de ações e debêntures não afeta o grau de conservadorismo
Painel C - Governança Corporativa				
Antunes e Costa (2007)	94 empresas com níveis diferenciados de governança corporativa e demais companhias abertas	1999 a 2005	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997)	Adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa não afeta o grau de conservadorismo

Antunes et al (2010)	37 empresas (22 com níveis diferenciados de governança corporativa e 15 não)	1996 a 2006	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997); Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997)	Adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa não afeta o grau de conservadorismo
Coelho e Lima (2007b)	331 empresas (73 com níveis diferenciados de governança corporativa e 258 não)	1993 a 2005	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	O conservadorismo das companhias com melhor nível de governança corporativa não é diferente das demais empresas
Almeida, Costa e Scalzer (2008)	Companhias abertas (1.351 empresas-ano)	2000 e 2004	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997)	O conservadorismo das companhias com melhor nível de governança corporativa é maior do que das demais empresas
Gonzaga (2008)	Companhias abertas (1.894 empresas-ano)	1995 a 2006	<i>Market-to-book</i> Feltham e Ohlson (1995); Medida baseada em <i>Accruals</i> Givoly e Hayn (2000)	O conservadorismo é maior nas empresas onde há maiores conflitos entre controladores e minoritários sobre a política de dividendos
Lopes e Walker (2008)	Companhias abertas (1.632 empresas-ano)	1998 a 2004	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997)	Melhores práticas de governança corporativa combinadas com a listagem em bolsas de mais de um país aumenta o grau de conservadorismo
Painel D - Padrões Contábeis				
Santos et al (2007)	30 empresas emissoras de ADRs	2001 a 2005	Diferença entre os lucros	Os lucros nas normas brasileiras são mais conservadores do que nas normas norte-americanas
Santos e Costa (2008)	33 empresas emissoras de ADRs	1999 a 2004	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997)	Não há diferenças no grau de conservadorismo entre os padrões contábeis norte-americano e brasileiro
Coelho et al (2010)	331 empresas emissoras e não emissoras de ADRs	1999 a 2005	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Não há diferenças no grau de conservadorismo entre emissoras e não emissoras de ADRs; não há diferenças no conservadorismo entre os padrões contábeis norte-americano e brasileiro
Painel E - Regulação				
Santos et al (2011)	100 empresas abertas	2005 a 2009	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997)	Não foi detectado influência da Lei 11.638 no nível de Conservadorismo divulgado pelas empresas pesquisadas
Costa et al (2009)	68 empresas reguladas e não reguladas	1996 a 2006	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997); Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997)	O conservadorismo nas empresas com regulação diferenciada não é maior do que nas demais empresas

Mendonça et al (2010)	60 empresas (9 emissoras de ADRs e 51 não)	1996 a 2006	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Aumento no grau de conservadorismo após 2002, mas não em função da Lei Sarbanes-Oxley
Brito et al (2008)	276 bancos (240 privados e 36 estatais)	1997 a 2007	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997)	Bancos estatais são mais conservadores do que privados
Kaizer et al (2009)	Empresas do setor elétrico e dos setores não regulados (2.250 empresas-ano)	1998 a 2006	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997)	O conservadorismo é maior nas empresas do setor elétrico do que nos setores não regulados
Silva et al (2009)	364 empresas reguladas e não reguladas	1996 a 2007	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Não há diferenças no grau de conservadorismo entre empresas reguladas e não reguladas
Painel F - Comparação entre Países				
Costa, Costa e Lopes (2006)	Empresas do Brasil, Colômbia, Peru, Argentina e Venezuela.	1995 a 2001	Oportunidade Assimétrica dos lucros Basu (1997)	A Contabilidade não incorpora significativamente o retorno econômico. Mas, o reconhecimento dos resultados negativos é maior que o reconhecimento do retorno como um todo, evidenciando conservadorismo nos países investigados
Paulo e Martins (2007)	2.044 empresas do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, México, Venezuela e Estados Unidos	1996 a 2005	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997)	Não há diferenças no conservadorismo das empresas no Brasil e nos demais países da América Latina; as empresas no Brasil são menos conservadoras do que as norte-americanas

Quadro 1 Estudos sobre Conservadorismo realizados no Brasil

Fonte: Adaptado Brito (2010)

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho foi iniciado por uma revisão bibliográfica com o intuito de identificar as principais contribuições existentes a respeito do assunto. Neste sentido, Gil (2007) comenta que quase todos os estudos se iniciam através desse tipo de trabalho que é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

De acordo com a base de classificação proposta por Collis e Hussey (2005), pode-se classificar essa pesquisa quanto ao objetivo, descritiva; quanto ao processo, quantitativa; quanto à lógica, indutiva.

A pesquisa descritiva descreve a conduta dos fenômenos e é usada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema. O método quantitativo é objetivo por natureza e focado na mensuração de fenômenos. Pesquisa indutiva é o estudo no qual inferências gerais são induzidas a partir de casos particulares. (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa desenvolvida é classificada como quantitativa, pois é caracterizada pela utilização de instrumentos estatísticos no tratamento dos dados, objetivando produzir inferências para a população a partir das amostras consideradas (BEUREN et al., 2006).

Em relação ao enfoque epistemológico, a pesquisa é do tipo empírico-analítica com natureza descritiva (MARTINS, 1994). Especificamente, a pesquisa utiliza a regressão reversa múltipla com dados em corte transversal (*cross sectional*) aliada a uma outra medida de Conservadorismo, o modelo de Acumulação de *Accruals*.

3.1. Hipóteses da Pesquisa

Relacionam-se, abaixo, as hipóteses propostas para o trabalho:

H0 (hipótese nula): Não há um aumento do Conservadorismo reportado nas demonstrações financeiras no período de 1995 a 2010.

H1 (hipótese alternativa 1): Há um aumento do Conservadorismo reportado nas demonstrações financeiras no período de 1995 a 2010.

3.2. Universo e Amostra

Para a realização do presente estudo, utilizou-se uma amostra de empresas brasileiras de capital aberto com registro ativo na CVM e na base de dados do Economática. A não-utilização de empresas de capital fechado se justifica pela dificuldade de acesso aos dados sobre elas. Além disso, essas empresas não possuem cotação em mercado, requisito necessário para um dos modelos empíricos utilizado. Para garantir a possibilidade de comparação dos resultados através do tempo, as análises são aplicadas a uma amostra constante de 106 empresas listadas na BMF&BOVESPA.

Atualmente existem 642 companhias com registro ativo na CVM, porém nem todas possuem as ações negociadas em bolsa. Dessas 642 empresas, apenas 376 são listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.

Da população das 376 companhias, retirou-se as 6 cujo país sede não é o Brasil, devido a possíveis diferenças culturais na aplicação dos princípios contábeis.

Decidiu-se excluir também as companhias financeiras e de seguros, devido às particularidades de análise do setor. Essas empresas totalizavam 34.

Do total de 336 empresas restantes, foram excluídas aquelas que não possuíam registro ativo na base de dados do Economática durante o período de 31 de dezembro de 1990 a 31 de dezembro de 2010, restando assim 106 empresas. Nota-se que esta amostra consiste de sobreviventes que são empresas que se mantiveram ativas no mercado acionário da BM&FBOVESPA de 1990 a 2010. Segundo Givoly e Hayn (2000) essas empresas estão suscetíveis a serem fortes financeiramente, pois, além de conseguirem continuar existindo, mantiveram suas ações negociadas. Com isso, neste viés de sobrevivência, é mais provável que os resultados ensejados pela amostra decorram de empresas com maior frequência de perdas ou de maiores quedas na taxa de rentabilidade.

Um resumo visual do procedimento encontra-se na figura 3, a seguir.

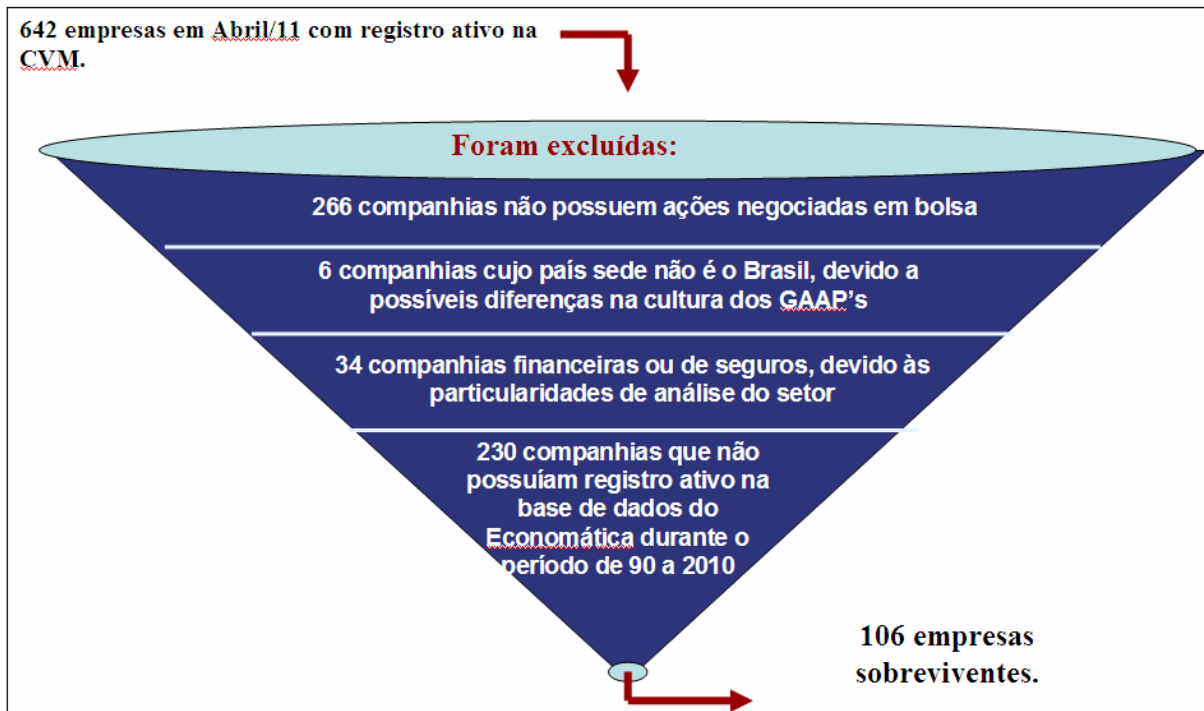


Figura 3: Constituição da amostra
Fonte: o autor

3.3. Coleta dos Dados

As informações financeiras necessárias para a elaboração da pesquisa foram colhidas dos sistemas de informações Economática e da Comissão de Valores Mobiliários.

O período pesquisado para coleta de dados foi de 1995 até 2010. Esse período foi escolhido devido a uma maior estabilidade da moeda brasileira com o fim das altas taxas de inflações em virtude da implantação do plano Real. Além disso, períodos anteriores a 1995 possuem número de observações muito reduzido e os dados contábeis utilizavam o método da correção monetária integral de balanços, o que atrapalharia a comparação com os anos posteriores no qual esse procedimento deixou de ser utilizado, tendo em vista a considerável redução da taxa inflacionária.

Para as variáveis exigidas no modelo de Oportunidade Assimétrica nos Lucros - Basu (1997), que são lucro líquido contábil por ação e retorno econômico calculado a partir do preço das ações, foram utilizados os seguintes parâmetros: balanços não consolidados, em moeda original, anuais, em milhares e preço das ações ajustados a dividendos. Inicialmente, obtiveram-se 2.080 observações, referentes às 106 empresas componentes da amostra. Em seguida, excluíram-se 370 observações com indisponibilidade de dados para alguma uma das

variáveis. Também foram excluídas 34 observações de cotações consideradas como extremos. Basu (1997) utilizou prática similar ao eliminar 1% de cada extremo da amostra de seu trabalho. Assim, chegou-se ao número total de 1.676 observações para o período de 16 anos (1995-2010).

Para as variáveis utilizadas nos modelos de Givoly e Hayn (2000), que são lucro líquido, fluxo de caixa operacional, depreciação, total do ativo e variações do ativo circulante e do passivo circulante (*accruals* operacionais), foram utilizados os seguintes parâmetros: balanços consolidados, corrigidos pelo IPCA, anuais e em milhares.

3.4. Modelos de Mensuração do Conservadorismo Utilizados

Nesta seção, serão apresentados os dois modelos empíricos utilizados na pesquisa, assim como, a definição das variáveis de cada modelo.

3.4.1 Modelo de Oportunidade Assimétrica nos Lucros - Basu (1997)

$$EPS_{it}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} * DR_{it} + e_{it} \quad (1)$$

Onde:

EPS_{it} = lucro contábil por ação da empresa *i* no ano fiscal *t*.

$P_{i,t-1}$ = preço por ação da empresa *i* no início do ano fiscal *t*.

R_{it} = retorno da firma *i* ao longo de 12 meses, iniciando 9 meses antes do fim do ano fiscal *t* ($(P_{i,t+1} - P_{i,t}) / P_{i,t}$).

DR_{it} = variável dummy, que será igual a 1 se o R_{it} for negativo e 0 nos demais casos.

β_0 = reflete a oportunidade do lucro contábil, ou seja, o reconhecimento do R_{it} pelo lucro.

β_1 = reflete o reconhecimento assimétrico do retorno econômico pelo lucro contábil, ou seja, o Conservadorismo.

e_{it} = termo de erro que capta o componente não-sistemático.

O modelo apresentado acima representa uma regressão reversa, ou seja, a variação dos lucros contábeis sendo explicada pela variação do retorno econômico.

O lucro contábil do final do período é dividido pelo preço da ação no início do período para controle do efeito escala e da heterocedasticidade.

A inclusão da variável dummy tem como objetivo verificar se o lucro contábil é mais sensível aos resultados negativos (más notícias) do que aos resultados positivos (boas notícias). A presença do Conservadorismo deve causar um β_1 maior do que β_0 , tendo em vista que β_0 reflete a oportunidade do lucro contábil em reconhecer o conjunto de boas e más notícias e β_1 reflete essa oportunidade somente no reconhecimento das más notícias. Logo quando o β_1 é maior e mais significativo do que β_0 , a Contabilidade está reconhecendo em suas demonstrações o retorno econômico negativo mais oportunamente que o retorno econômico positivo. Basu (1997) comenta que na presença do Conservadorismo, espera-se que os lucros sejam mais correlacionados ao movimento do preço de ações nos períodos caracterizados pelas más notícias do que nos períodos caracterizados pelas boas.

A utilização de um período de tempo com defasagem de 3 meses entre a variável Retorno e Lucro tem por objetivo captar a resposta do mercado ao lucro contábil do fim do ano fiscal. De acordo com a Instrução CVM 202/93 e Lei 6.404/76 as empresas devem divulgar (publicar) suas demonstrações até, no máximo, 3 meses após o encerramento do exercício social, ou seja, 31 de março. Por isso, foi utilizado o período compreendido entre 01 de abril do ano t até 31 de março do ano $t+1$, para o cálculo da variável R_{it} .

Segundo Givoly e Hayn (2000), que também utilizaram o modelo de Basu, as seguintes medidas de Conservadorismo baseadas na regressão são utilizadas:

1. A resposta incremental para as más notícias em relação às boas notícias, representado por β_1 . Segundo o relatório conservador, β_1 deve ser positivo.

2. A sensibilidade relativa dos lucros para as más notícias comparada com a sensibilidade para as boas notícias, medida pela relação $(\beta_0 + \beta_1) / \beta_0$. Por meio do relatório conservador, essa relação deverá ser superior a um. Desenvolvendo essa equação pode-se verificar que $(1 + \beta_1) / \beta_0 > 1$ e por conseguinte $\beta_1 / \beta_0 > 0$, como β_1 deve ser positivo na presença do Conservadorismo, logo β_0 também tem que ser positivo. Essa medida tem a função de medir o tamanho relativo do Conservadorismo reportado, permitindo verificar se há ou não um aumento dessa prática ao longo dos anos.

Para a verificação do aumento do Conservadorismo ao longo dos anos através do modelo (1), dividiu-se o período pesquisado (16 anos) em 3 sub períodos, de 5 anos os dois primeiro e 6 anos o último.

3.4.2 Modelo de Acumulação de *Accruals* não operacionais - Givoly e Hayn (2000)

$$ACT_{i,t} = LL_{i,t} + Dep_{i,t} - FCO_{i,t} \quad (2)$$

Onde:

$ACT_{i,t}$ = *Accruals* totais da empresa i no ano fiscal t .

$FCO_{i,t}$ = Fluxo de caixa operacional da empresa i no ano fiscal t .

$LL_{i,t}$ = Lucro líquido da empresa i no início do ano fiscal t .

$Dep_{i,t}$ = Depreciação, amortização e exaustão da empresa i no ano fiscal t .

O modelo apresentado capta as acumulações contábeis totais, ou seja, a diferença entre o lucro contábil (acrescido das depreciações, amortizações e exaustões do período) e o que realmente entrou de recursos financeiros na empresa, através das suas atividades operacionais.

Os *accruals* totais são separados em operacionais e não operacionais, sendo esse último utilizado como uma medida de conservadorismo.

$$ACO_{i,t} = \Delta Cli_{i,t} + \Delta Est_{i,t} + \Delta DA_{i,t} - \Delta For_{i,t} - \Delta Imp_{i,t} \quad (3)$$

Onde:

$ACO_{i,t}$ = *Accruals* operacionais da empresa i no ano fiscal t .

$\Delta Cli_{i,t}$ = Variação de contas a receber da empresa i no ano fiscal t .

$\Delta Est_{i,t}$ = Variação de estoques da empresa i no início do ano fiscal t .

$\Delta DA_{i,t}$ = Variação das despesas pagas antecipadamente da empresa i no ano fiscal t .

$\Delta For_{i,t}$ = Variação de fornecedores da empresa i no ano fiscal t .

$\Delta Imp_{i,t}$ = Variação de impostos a pagar da empresa i no ano fiscal t .

$$ACNO_{i,t} = ACT_{i,t} - ACO_{i,t} \quad (4)$$

Onde:

$ACNO_{i,t}$ = Accruals não operacionais da empresa i no ano fiscal t .

$ACT_{i,t}$ = Accruals totais da empresa i no ano fiscal t .

$ACO_{i,t}$ = Accruals operacionais da empresa i no ano fiscal t .

A extração da depreciação, amortização, exaustão e *accruals* operacionais do total dos *accruals* resultam em *accruals* que consistem principalmente de itens como provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD (ou a sua reversão), encargos de reestruturação, efeito de alterações nas estimativas, ganhos ou perdas na alienação de ativos, baixa de ativos, provisionamento e capitalização das despesas, diferimento de receita e seu posterior reconhecimento (GIVOLY; HAYN, 2000).

Os autores ainda comentam que a principal diferença entre os *accruals* operacionais para os não operacionais é que o primeiro decorre do negócio básico da empresa e são ditados pelo Princípio Contábil da Competência, enquanto o segundo tem o seu *timing* e quantidade, na maioria das vezes, sujeitos ao critério gerencial.

No longo prazo espera-se que o lucro líquido (acrescido das depreciações, amortizações e exaustões) acumulado convirja ao fluxo de caixa operacional acumulado, pois as diferenças temporais ocasionadas pelo regime da Competência se compensariam ao longo do tempo. Com isso, os *accruals* operacionais acumulados deveriam tender a zero, a não ser que houvesse um crescimento do tamanho das empresas da amostra.

O aumento do descasamento acumulado entre o fluxo de caixa operacional e o lucro líquido ao longo dos anos, que não são consequência do crescimento das empresas (*accruals* operacionais), só pode ter como explicação a elevação dos *accruals* não operacionais acumulados, evidenciando um aumento do Conservadorismo reportado.

3.5. Limitação da Pesquisa

A primeira limitação importante da pesquisa diz respeito ao modelo de Basu (1997), o qual considera o movimento dos preços das ações para identificar as boas e más notícias. O

fato é que outros fatores, avessos à empresa ou não mensuráveis pela Contabilidade, podem influenciar esse movimento, como por exemplo, a especulação do mercado, assinatura de um grande contrato, dentre outros.

O método científico é uma ferramenta poderosa de profunda relevância para a pesquisa, mas tem suas limitações. Essas limitações se baseiam no fato de que uma hipótese precisa ser passível de teste e de refutação, e que experiências e observações precisam ser passíveis de repetição. Isso coloca certos tópicos além do alcance do método científico.

Em algumas situações, as fontes secundárias podem apresentar dados coletados ou processados de forma indevida. Assim, um trabalho que as tomem como base pode reproduzir ou mesmo ampliar esses erros. Por isso, convém assegurar-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, procurando compará-las cuidadosamente.

Outra limitação importante observada no trabalho é a de generalização do resultado, tendo em vista que as empresas foram selecionadas com base na disponibilidade de dados, portanto, constituem uma amostra intencional (não probabilística).

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção encontram-se comentado os resultados dos testes empíricos aplicados à amostra selecionada, considerando os modelos de mensuração do conservadorismo de Basu (1997) e Givoly e Hayn (2000).

4.1. Reconhecimento Assimétrico das Boas e Más Notícias

A tabela 2 apresenta os resultados da regressão do modelo (1) abordado na seção 3.4.1, para o reconhecimento assimétrico das boas e más notícias pela Contabilidade.

Tabela 2 - Resultado da Regressão $EPS_{it}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 Rit + \beta_1 R_{it} * DR_{it} + e_{it}$

Fonte	Valor	Erro padrão	t	Pr > t
Intercepto	0,088091734	0,079583741	1,106906172	0,26849372
DR_{it}	0,071325303	0,166223066	0,429093897	0,667910174
Rit	0,1903361	0,061311907	3,1043905	0,001938686
$R_{it} * DR_{it}$	1,620833195	0,396550332	4,087332844	< 0,0001
R ²				0,037988122
R ² ajustado				0,036262024
F			22,00809266	< 0,0001

Fonte: o autor.

Os resultados obtidos para os coeficientes β_0 e β_1 evidenciam a presença do Conservadorismo nas Demonstrações Financeiras das empresas da amostra no período selecionado. O sinal positivo para esses dois coeficientes revela uma relação direta entre o lucro e o retorno das ações, tanto para o retorno como um todo como para os retornos negativos.

O coeficiente β_1 positivo e significativo é a primeira evidência da presença da prática do Conservadorismo, além disso a razão $(\beta_0 + \beta_1) / \beta_0$ é igual a 9,52 (sendo $\beta_1 > \beta_0$),

corroborando que o lucro contábil reconhece mais oportunamente as más notícias em detrimento das boas notícias. Essa é a segunda evidência da presença do Conservadorismo.

Diferentemente de diversos estudos sobre o Conservadorismo apresentados na seção 2, os resultados encontrados foram significativos em termos estatísticos tanto pelos p-valores das estatísticas t e F quanto pelos sinais esperados. Isso pode ser consequência do maior horizonte de tempo estudado, tendo em vista que o modelo utilizado é mais eficaz quando utilizado de maneira acumulada em um maior número de períodos (ROYCHOWDHURY; WATTS, 2006).

Tendo em vista o elevado número de observações utilizadas na regressão e a presença de variável de tamanho (lucro), foi realizado o Teste de White para detectar uma possível presença de heteroscedasticidade. Vale destacar que a variável mencionada foi padronizada, reduzindo a possibilidade da ocorrência de heteroscedasticidade.

Os resultados do teste são apresentados a seguir:

Tabela 3 - Teste de White para a Heteroscedasticidade

Fonte	Valor	Erro padrão	T	Pr > t
Intercepto	3,3208	1,0629	3,124	0,0018
DR _{it}	-1,55397	2,56948	0,6048	0,5454
Rit	1,30316	1,26114	1,033	0,3016
R _{it} *DR _{it}	-18,1099	14,9883	1,208	0,2271
sq_Rit	-0,0199638	0,124629	0,1602	0,8728
X2_X4	-16,7122	19,3397	0,8641	0,3876
R ²				0,002772
NR ²				4,645145
Omitido devido a colinearidade exata: X2_X3; X3_X4; sq_Rit*DRit				

Fonte: o autor.

H0: sem heteroscedasticidade.

Ha: com heteroscedasticidade.

Como o p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(5) > 4,645145) = 0,460701$, não pode-se rejeitar a hipótese nula H0 em favor da hipótese alternativa Ha.

Para a verificação do aumento do Conservadorismo ao longo dos anos através do modelo (1), dividiu-se o período pesquisado (16 anos) em 3 sub períodos de 5 anos os dois primeiro e 6 anos o último. A seguir é apresentado o resultado das regressões para cada sub período.

Tabela 4 - Resultado da Regressão $EPS_{it}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 Rit + \beta_1 R_{it} * DR_{it} + e_{it}$ para o 1º subperíodo

Fonte	Valor	Erro padrão	t	Pr > t
Intercepto	-,126	,209	-,603	,547
DR _{it}	-,091	,409	-,222	,824
Rit	,442	,195	2,264	,024
R _{it} *DR _{it}	1,593	,857	1,859	,064
R ²				,060
R ² ajustado				,055
F			10,622	< 0,0001

Fonte: o autor.

O 1º subperíodo é compreendido pelos anos de 1995 a 1999, inclusive.

Observa-se o coeficiente β_1 positivo e significativo, ao nível de 10%, e a razão $(\beta_0 + \beta_1) / \beta_0$ igual a 4,60 (sendo $\beta_1 > \beta_0$), indicando a presença do Conservadorismo nesse subperíodo.

Tabela 5 - Resultado da Regressão $EPS_{it}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 Rit + \beta_1 R_{it} * DR_{it} + e_{it}$ para o 2º subperíodo

Fonte	Valor	Erro padrão	t	Pr > t
Intercepto	-,062	,102	-,608	,544
DR _{it}	,080	,221	,361	,718
Rit	,403	,076	5,273	< 0,0001
R _{it} *DR _{it}	1,713	,679	2,522	,012
R ²				,111
R ² ajustado				,106
F			20,424	< 0,0001

Fonte: o autor.

O 2º subperíodo é compreendido pelos anos de 2000 a 2004, inclusive.

Observa-se o coeficiente β_1 positivo e significativo, ao nível de 5%, e a razão $(\beta_0 + \beta_1) / \beta_0$ igual a 5,25 (sendo $\beta_1 > \beta_0$), indicando a presença do Conservadorismo nesse subperíodo.

Tabela 6 - Resultado da Regressão $EPS_{it}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 Rit + \beta_1 R_{it} * DR_{it} + e_{it}$ para o 3º subperíodo

Fonte	Valor	Erro padrão	t	Pr > t
Intercepto	-,207	,099	-	,037
DR_{it}	,367	,188	1,948	,052
Rit	,190	,097	1,952	,051
$R_{it} * DR_{it}$	1,111	,437	2,543	,011
R^2				,023
R^2 ajustado				,018
F			5,176	,002

Fonte: o autor.

O 3º subperíodo é compreendido pelos anos de 2005 a 2010, inclusive.

Observa-se o coeficiente β_1 positivo e significativo, ao nível de 5%, e a razão $(\beta_0 + \beta_1) / \beta_0$ igual a 6,85 (sendo $\beta_1 > \beta_0$), indicando a presença do Conservadorismo também nesse subperíodo.

Os resultados obtidos confirmam aqueles obtidos no estudo de Givoly e Hayn (2000), que reportam um aumento da razão $(\beta_0 + \beta_1) / \beta_0$ ao longo dos anos, indicando a grande propensão para reconhecer as más notícias de uma maneira mais oportuna do que as boas notícias. Esse aumento permite concluir que há indícios que as Demonstrações Contábeis tornaram-se mais conservadoras ao longo dos últimos 16 anos.

4.2 Resultado da Acumulação de Accruals

Inicialmente, foi feita uma comparação básica entre o fluxo de caixa operacional médio anual e o lucro líquido médio anual das empresas da amostra ao longo do período pesquisado. Essas variáveis, antes do cálculo da média, foram divididas pelo valor do ativo

total das companhias, de modo a neutralizar o efeito tamanho da empresa nos valores do lucro e fluxo de caixa. Por fim, calculou-se a média móvel de cinco anos para cada uma das variáveis. Esse procedimento é o mesmo utilizado por Givoly e Hayn (2000) que utilizaram como métrica o *skewness* das séries de valores. Nesse estudo, os cálculos efetuados com a média apresentam resultados mais homogêneos.

Pode-se perceber, através da análise do gráfico 1, que ao longo do tempo houve um aumento da diferença entre as variáveis, sendo que a média móvel do fluxo de caixa operacional é mais uniforme. Já a do lucro líquido apresentou uma inclinação negativa, tornando-se mais negativa ao longo do período. Essa é a primeira evidência de uma tendência do aumento do Conservadorismo reportado.

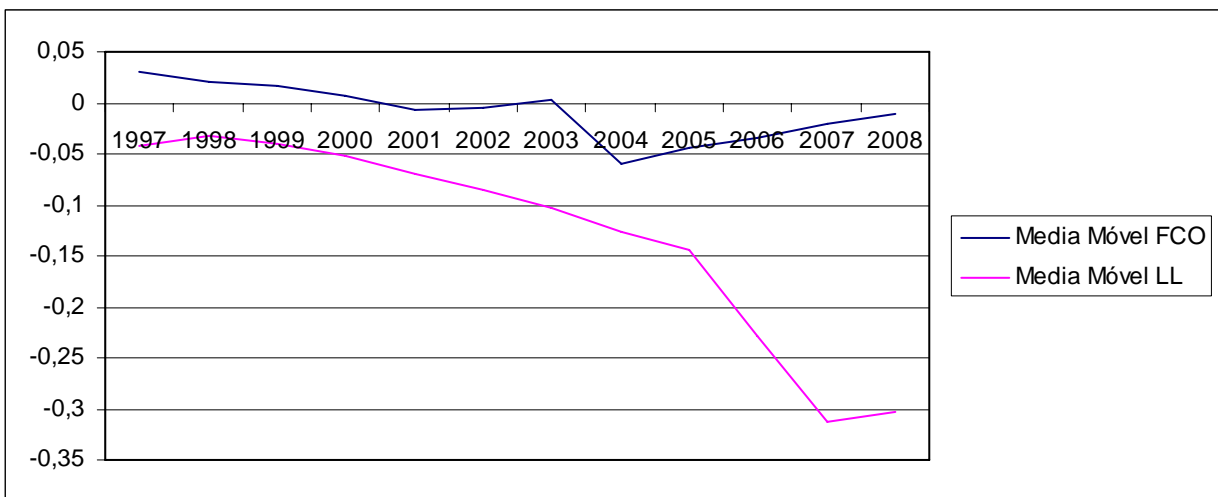


Gráfico 1 – Análise *cross-sectional* dos lucros e fluxos de caixa operacional das empresas da amostra
Fonte: o autor.

Seguindo ainda o estudo de Givoly e Hayn (2000), que consideram que num estado de equilíbrio, seria de se esperar que o montante acumulado do lucro líquido antes da depreciação, amortização e exaustão convergisse num longo prazo ao fluxo de caixa operacional, foi traçado o gráfico a seguir onde essa diferença é representada pela linha do total de *accruals*, calculada utilizando-se o modelo (2).

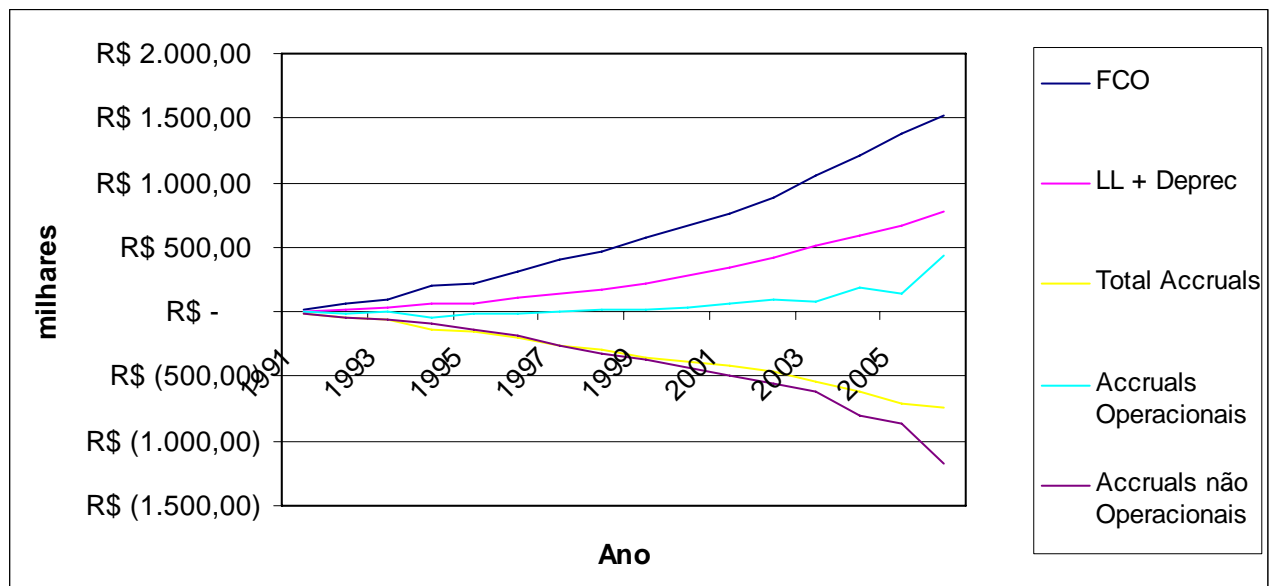


Gráfico 2 – Acumulação de *Accruals*

Fonte: o autor

Pode-se perceber que, com o decorrer do tempo estudado, os valores dos *accruals* totais acumulados foram aumentando negativamente, ou seja, o fluxo de caixa operacional acumulado foi ficando cada vez mais distante do lucro líquido ajustado acumulado ao invés de tenderem a zero.

Posteriormente, os *accruals* totais foram divididos em operacionais e não operacionais, para uma melhor análise da verdadeira utilização da prática do Conservadorismo.

Por serem muito mais consequência do Princípio da Competência do que do Conservadorismo, os *accruals* operacionais devem ser retirados do total, sobrando assim apenas os não operacionais. Esse último, sim, representa o quão conservadora está sendo a Contabilidade, tendo em vista estarem mais sujeitos ao subjetivismo do critério gerencial.

Observando-se os *accruals* operacionais acumulados, nota-se que, no início do período, convergem a zero. Os valores que foram reconhecidos e não foram recebidos num período caracterizam um acréscimo positivo, porém quando esses valores forem recebidos caracterizarão um acréscimo negativo, ou seja, no acumulado tenderão a zero. A mesma idéia vale para o caso dos pagamentos. Porém, nos últimos anos, esses *accruals* começam a acumular positivamente, o que pode ser explicado pelo crescimento das empresas. Sendo assim, fica claro que o acúmulo negativo dos *accruals* totais é consequência dos *accruals* não operacionais.

O acúmulo, cada vez mais negativo dos *accruals* não operacionais, evidencia o aumento do Conservadorismo nas demonstrações contábeis das empresas da amostra no

período estudado. Esse resultados estão em conformidade com o estudo de Givoly e Hayn (2000).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, procurou-se detectar a presença do Conservadorismo nas demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras e, por conseguinte, se houve um aumento nesse Conservadorismo reportado ao longo do período de 1995 a 2010.

Como visto na revisão de literatura, por ser de característica totalmente subjetiva, a quantificação do Conservadorismo é de difícil medição. Por isso, foram utilizadas duas métricas diferentes, já testadas em outros trabalhos, para tentar capturar o nível de Conservadorismo reportado. Uma baseada exclusivamente em variáveis contábeis – Acumulação de *Accruals* Não Operacionais, proposta em Givoly e Hayn (2000) - e outra acrescentando variáveis de mercado – Oportunidade Assimétrica nos Lucros, Basu (1997).

Nesse sentido, essa pesquisa difere-se das demais realizadas no Brasil em relação ao objetivo e ao tempo de estudo da amostra, que compreende o período de 1995 a 2010, já que nenhum estudo no Brasil abrange período tão longo. Além disso, a grande maioria dos estudos brasileiros se concentrou na medida de Conservadorismo criada por Basu (1997). Essa pesquisa foi além, baseando-se também na medida criada por Givoly e Hayn (2000).

Em relação ao reconhecimento assimétrico entre as boas e as más notícias, verificou-se que as demonstrações financeiras da amostra reconhecem mais oportunamente as notícias desfavoráveis e postergam o reconhecimento daquelas favoráveis. Além disso, pôde-se perceber uma elevação dessa assimetria ao longo dos anos, através do aumento da razão $(\beta_0 + \beta_1) / \beta_0$. Diferentemente de diversos estudos sobre o Conservadorismo apresentados na seção 2, os resultados encontrados foram significativos em termos estatísticos tanto pelos p-valores das estatísticas t e F quanto pelos sinais esperados. Isso pode ser consequência do maior horizonte de tempo estudado, tendo em vista que o modelo utilizado é mais eficaz quando utilizado de maneira acumulada em um maior número de períodos (ROYCHOWDHURY; WATTS, 2006).

Vale destacar que o presente estudo analisou, através do teste de White, a possível presença de heteroscedasticidade nos dados amostrais do modelo Oportunidade Assimétrica nos Lucros. Pode-se concluir pela não rejeição da hipótese nula, ou seja, de que não foi detectado a presença de heteroscedasticidade.

No modelo empírico de Acumulação de *Accruals* Não Operacionais, inicialmente foi observado um aumento da diferença entre o lucro líquido médio anual e o fluxo de caixa operacional médio anual. Sendo o primeiro mais uniforme durante o período, já o segundo

apresentou uma inclinação negativa.

Em seguida, através da análise das variáveis lucro líquido acrescido de depreciação e fluxo de caixa operacional, sendo nesse segundo momento os valores acumulados, verificou-se novamente um aumento da diferença entre as duas variáveis ao longo dos anos. Essa diferença denominada *accruals* totais foi dividida em operacionais e não operacionais, sendo esse segundo o responsável pelos indícios do aumento do Conservadorismo, tendo em vista estarem mais sujeitos ao subjetivismo do critério gerencial. O acúmulo, cada vez mais negativo dos *accruals* não operacionais, evidencia o aumento do Conservadorismo nas demonstrações contábeis das empresas da amostra no período estudado.

As evidências encontradas em ambas as métricas sugerem um aumento do Conservadorismo ao longo dos últimos anos assim como os resultados encontrados no estudo de Givoly e Hayn (2000). Porém, como esses autores mesmos comentam, qualquer evidência obtida através destas medidas, ou quaisquer outras, devem ser vistas apenas como indicativas de tendências conservadoras, tendo em vista o caráter subjetivo não só da mensuração, mas até mesmo da definição do conceito de Conservadorismo.

Em suma, os resultados alcançados permitem a rejeição da hipótese testada (H0), indicando que há um aumento do Conservadorismo reportado ao longo dos últimos 16 anos.

O presente trabalho pretende contribuir para as discussões qualitativas e quantitativas sobre a qualidade da informação contábil das empresas no Brasil. O tema, apesar de sua importância, ainda possui literatura escassa e poucos testes empíricos publicados no País. O trabalho pretende suscitar interesse nessa linha de pesquisa e seus resultados, assim como os de outros já realizados ou que venham a ser desenvolvidos, podem auxiliar na formulação de diretrizes que favoreçam o desenvolvimento da qualidade da informação contábil, contribuindo, em última instância, para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Deve-se atentar para a limitação da pesquisa aqui conduzida quanto à generalização do resultado, tendo em vista que as empresas foram selecionadas com base na disponibilidade de dados, portanto, constituem uma amostra intencional (não probabilística). Outra limitação importante a ser considerada é em relação ao modelo de Basu (1997), o qual considera o movimento dos preços das ações para identificar as boas e más notícias. O fato é que outros fatores, avessos à empresa ou não mensuráveis pela Contabilidade, podem influenciar esse movimento, como por exemplo, a especulação do mercado, assinatura de um grande contrato, dentre outros.

Tendo em vista a importância do assunto, sugere-se para estudos futuros investigar a ocorrência do aumento do Conservadorismo utilizando uma amostra maior de empresas e

outras métricas para uma possível comparação entre os resultados. Um aumento da amostra pode ser conseguido deixando de se utilizar o conceito de empresas sobreviventes.

REFERÊNCIAS

AHMED, A. S. et al. The Role of accounting conservatism in mitigating bondholdersshareholder conflicts over dividend policy and in reducing debt costs. *The Accounting Review*, v. 77, n. 4, p. 867-890, out. 2002.

ALMEIDA, Juan Carlos Goes De; SCALZER, Rodrigo Simonassi; COSTA, Fábio Moraes Da. Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e Grau de Conservadorismo: Estudo Empírico em Companhias Abertas Listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações - Fearp/usp*, São Paulo, v. 2, n. 2, p.118-131, abr. 2008.

ANTUNES, Gustavo Amorim. *Impacto da Adesão aos Níveis de Governança da Bovespa na Qualidade da Informação Contábil*: Uma investigação acerca da oportunidade, relevância e do conservadorismo contábil utilizando dados em painel. 2007. 56 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - Fucape, Vitória, 2007.

ANTUNES, Gustavo A; COSTA, Fábio M. Governança e qualidade da informação contábil: uma investigação utilizando empresas brasileiras que aderiram ou não aos níveis diferenciados de governança da BM&FBOVESPA. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

ANTUNES, Gustavo A.; TEIXEIRA, Aridélmo J. C.; COSTA, Fábio M.; NOSSA, Valcemiro. Efeitos da adesão aos níveis de governança da Bolsa de Valores de São Paulo na qualidade da informação contábil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2010.

BALL, Ray J.; SHIVAKUMAR, Lakshmanam. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v. 39, p. 83-128, february, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, n. 24, p. 3-37, 1997.

BEUREN, Ilse Maria; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves Bona; SOUZA, Marco A. Batista; RAUPP, Fabiano Maury; LONGARAY, André Andrade. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade – Teoria e prática*. 3ª. Edição. 2006.

BM&FBOVESPA. *Novo Mercado*. Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/pdf/folder_novomercado>. Acesso em: 11 de novembro 2011.

BRASIL, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 dez. 1976 (suplemento).

BRITO, Giovani Antonio Silva. *Conservadorismo Contábil e o Custo do Crédito Bancário no Brasil*. 2010. 171 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRITO, Giovani A. S.; LOPES, Alexsandro B.; COELHO, Antonio C. D. Comparative loss recognition timeliness between Brazilian state-owned and private financial institutions. In: ASIAN PACIFIC CONFERENCE ON INTERNATIONAL ACCOUNTING ISSUES, 20., 2008, Paris. *Proceedings...* Paris: [s.n.], 2008.

COELHO, Antonio Carlos Dias. *Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Contábeis Publicados no Brasil*. 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COELHO, Antonio Carlos; LIMA, Iran Siqueira. Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Contábeis Publicados no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças - Usp*, São Paulo, v. 18, n. 45, p.38-49, dez. 2007a.

COELHO, Antonio Carlos; LIMA, Iran Siqueira. Segmentos de governança da BM&FBOVESPA: diferenças nos graus de conservadorismo condicional na divulgação de resultados contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2007b.

COELHO, Antonio Carlos; LIMA, Iran Siqueira. Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto. *Revista Universo Contábil (Online)*. Blumenau, v. 4, n. 2, p. 22-41, abr./jun. 2008.

COELHO, Antonio C. D.; CIA, Joaília N. S.; LIMA, Iran S. Conservadorismo condicional na divulgação de lucros em companhias abertas brasileiras: diferenças entre emissoras e não emissoras de ADRs e sistemas contábeis. *Revista de Administração Mackenzie*. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 117-149, Jan./Fev. 2010.

COLAUTO, Romualdo Douglas et al. Conservadorismo e a Qualidade Informacional dos Resultados Contábeis Publicados: Um Estudo em Siderúrgicas Brasileiras. *Revista Estudos do Isca*, Santiago (Portugal), n. 2, p.01-25, mar. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/estudosdoisca/index>>. Acesso em: 06 set. 2011.

COLLIS, Jill. HUSSEY, Roger. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 349 p.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS(BRASIL). ITR, DFP, IAN, IPE, FC,FR e outras informações. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: 10/10/2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Conceitual Básico*. Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília: CPC, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade*. Brasília: CFC, 2000.

_____. *Resolução nº750 de 29/12/1993*. Brasília, 1993.

_____. *Resolução nº1.111 de 29/11/2007*. Brasília, 2007.

COSTA, Fábio Moraes da; COSTA, Alessandra Cristina De Oliveira; LOPES, Alessandro Broedel. Conservadorismo em Cinco Países da América do Sul. *Revista Contabilidade e Finanças - Usp*, São Paulo, v. 17, n. 41, p.7-20, ago. 2006.

COSTA, Rosilda A.; COSTA, Fábio M.; AMORIN, Gustavo; BAPTISTA, Ézio C. S. O impacto da regulação no conservadorismo das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. *Contabilidade, Gestão e Governança*. Brasília, v. 12, n. 3, p. 28-37, Set./Dez. 2009.

FELTHAM, Gerald A.; OHLSON, James A. Valuation and clean surplus accounting for operating and financial activities. *Contemporary Accounting Research*. Toronto, v. 11, n. 2, p. 689-732, Spring 1995.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. Statement of Financial Accounting Concepts No.2– *Qualitative Characteristics of Accounting Information*. Norwalk, 1980. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 04/03/2011.

FREY, Irineu Afonso; LORANDI, Joisse Antonio; PINHEIRO, Natalia Souza. Adoção das Normas Internacionais no Brasil: Um Estudo de suas Implicações nos Princípios Contábeis. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE E AUDITORIA, 13., 2011, Porto(Portugal). *Anais Eletrônicos...* Porto: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.acim2011.org/papers/PT/Normalizacao%20e%20Harmonizacao%20Contabilistica/Adocao%20das%20Normas%20Internacionais%20no%20Brasil%20-%20Um%20Estudo%20de%20suas%20Implicacoes%20nos%20Principios%20Contabeis.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2011.

GASSEN, Joachim; FÜLBIER, Rolf U.; SELLHORN, Thorsten. International differences in conditional conservatism - the role of unconditional conservatism and income smoothing. *European Accounting Review*. London, v. 15, n. 4, p. 527-564, Dec. 2006.

GIL, Antonio, C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisas*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIVOLY, D.; HAYN, C.. The changing time-series properties of earnings, cash flows and accruals: Has financial reporting become more conservative? *Journal of Accounting and Economics*, v. 29, n. 3, p. 287-320, 2000.

GONZAGA, Rosimeire Pimentel. *A Relação entre Conservadorismo Contábil e os Conflitos entre Acionistas sobre Políticas de Dividendos e o Custo da Dívida: Um estudo empírico nas companhias abertas listadas na Bovespa*. 2008. 50 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - Fucape, Vitória, 2008.

GONZAGA, Rosimeire Pimentel; COSTA, Fábio Moraes da. A Relação entre Conservadorismo Contábil e os Conflitos entre Acionistas sobre Políticas de Dividendos e o

Custo da Dívida: Um estudo empírico nas companhias abertas listadas na Bovespa. *Revista Contabilidade e Finanças - Usp*, São Paulo, v. 20, n. 50, p.95-109, ago. 2009.

GOTTI, Giorgio. *Conditional conservatism in accounting: new measures and test of determinants of the asymmetric timeliness in the recognition of good and bad news in reported earnings*. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) - The University of Tennessee, Knoxville, 2007.

HARRIS, T.S., LANG, M., MOLLER, H.S.. The value relevance of German accounting measures: an empirical analysis. *Journal of Accounting Research*, v. 32, p. 187-209, 1994.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da Contabilidade*. trad. Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999. 549p.

HORNGREN Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. *Contabilidade de custos*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2000.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. *Framework for the preparation and presentation of financial statements*. London, 2001. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 07/03/2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José C. *Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação*. São Paulo: Atlas, 1999.

KAIZER, Carolina V. C.; NOSSA, Silvania N.; TEIXEIRA, Aridelmo J. C. O impacto da regulamentação contábil sobre o conservadorismo nas empresas do setor elétrico do Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-24, jan./abr. 2009.

LIMA, Diana Vaz de; VIEGAS, Waldyr. Tratamento Contábil e Evidenciação das Externalidades Ecológicas. *Revista Contabilidade e Finanças - USP*, São Paulo, v. 13, n. 30, p.46-53, set. 2002.

LOPES, Aleksandro Broedel. *A relevância da informação contábil para o mercado de capitais: O modelo de Ohlson aplicado à BOVESPA*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LOPES, Aleksandro B; WALKER, Martin. *Firm-Level incentives and the informativeness of accounting reports: an experiment in Brazil*. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=1095781>>. Acesso em: 05 maio 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 116 p.

MENDONÇA, Mark M.; COSTA, Fábio M.; GALDI, Fernando C.; FUNCHAL, Bruno. O impacto da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na qualidade do lucro das empresas que emitiram ADRs. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo, v. 21, n. 52, jan./abr. 2010.

PAULO, Edilson. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2009.

PAULO, Edilson; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; FORMIGONI, Henrique. Conservadorismo Contábil nas Companhias Abertas e Fechadas Brasileiras. *RAE*, São Paulo, v. 48, n. 3, p.46-60, set. 2008.

PAULO, Edilson; MARTINS, Eliseu. Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

POPE, P., WALKER, M.. International differences in timeliness, conservatism and classification of earnings. *Journal of Accounting Research*, v. 37, Suppl., p. 53-99, 1999.

RANGEL, Luciene L.; TEIXEIRA, Aridelmo J. C. O conservadorismo contábil e o valor de mercado. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. *Anais...* Atibaia: ANPAD, 2003.

ROYCHOWDHURY, Sugata; WATTS, Ross L. *Asymmetric timeliness of earnings, market-to-book and conservatism in financial reporting*. Cambridge: Working Paper, Sloan School of Management, MIT, 2006.

RYAN, Stephen G. Identifying conditional conservatism. *European Accounting Review*, London, v. 15, n. 4, p. 511-525, Dec. 2006.

SANTOS, Edilene S.; CIA, Joanília N. S.; CIA, Josimar C. US GAAP x normas brasileiras: há diferenças significativas no valor do lucro reportado pelas empresas brasileiras com ADRs na NYSE? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

SANTOS, Luis Paulo Guimarães Dos et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o Conservadorismo Condicional das Empresas Listadas BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade e Finanças - Usp*, São Paulo, v. 22, n. 56, p.147-188, ago. 2011.

SANTOS, Luis Sérgio Ribeiro Dos; COSTA, Fábio Moraes Da. Conservadorismo Contábil e Timeliness: Evidências Empíricas nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras com Adrs Negociados na Bolsa de Nova Iorque. *Revista Contabilidade e Finanças - Usp*, São Paulo, v. 19, n. 48,, p.27-36, dez. 2008.

SANTOS, Luis Sérgio Ribeiro Dos. *Conservadorismo Contábil e Timeliness: evidências empíricas nos demonstrativos contábeis em us gaap e br gaap das empresas brasileiras com ADRS negociadas na Bolsa de Nova Iorque*. 2006. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - Fucape, Vitória, 2006.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; FERREIRA, Márcio Martins; CANAN, Ivan. O tratamento dos princípios contábeis nos livros didáticos da área de custos - um estudo exploratório. *Revista Capital Científico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas*, Guarapuava, v. 4, n. 1, p.09-30, dez. 2006.

SILVA, Adriana C.; COELHO, Antonio C. D.; LOPES, Alexsandro B.; ALMEIDA, José E. F. Qualidade informacional dos lucros das firmas monitoradas por agências reguladoras no Brasil. In: INTERNATIONAL ACCOUNTING CONGRESS, 3., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), 2009.

Smith, J.M. Jr., Skousen, F.K. *Intermediate Accounting*, 9 ed. Cincinnati: Ohio: South-Western Publishing, 1987.

SOARES, Cícero; NEIVA, João J. R. O conservadorismo contábil e o seu efeito no patrimônio das empresas. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rede Sirius – Rede de Bibliotecas, 2007. 133p.

WATTS, R. L. A proposal for research on conservatism. *Working paper*, University of Rochester, 1993. Disponível em: <<http://www.ssrn.com/>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

_____. Conservatism in accounting Part I: explications and implications. *Accounting Horizons*, v. 17, n. 3, p. 207-221, set. 2003a.

_____. Conservatism in accounting Part II: evidence and research opportunities. *Accounting Horizons*, v. 17, n. 4, p. 287-301, dez. 2003b.